



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO-UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIADE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes-PPGHCA
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA

CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO SABERES: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO E INCLUSÃO DO IDOSO NA EJA

DUQUE DE CAXIAS

2023

**CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO SABERES: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO E INCLUSÃO DO IDOSO NA EJA.**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Área de concentração: Educação,
Linguagem e Cultura
Orientadora: Prof^a Dr^a Anna Paula Soares
Lemos

DUQUE DE CAXIAS

2023

Página reservada para ficha catalográfica.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA

CONSTRUINDO E RECONSTRUINDO SABERES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DE EMANCIPAÇÃO E INCLUSÃO DO IDOSO NA EJA.

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Área de concentração: Educação, Linguagem e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Paula Soares Lemos

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Anna Paula Soares Lemos
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

Prof. Dr. Haydea Maria Marino de Sant’Anna Reis
Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

Prof. Dr. Edicléa Mascarenhas Fernandes
UERJ

AGRADECIMENTOS

Dedico essa dissertação:

A Deus, a minha fé por dar-me a força e a certeza de que esse era o momento de continuar a escrever minha história.

Aos meus pais (In memória) pelas oportunidades, pelos valores firmados e pelo amor incondicional.

A minha família e professores formadores desta trajetória.

A minha filha Mayara, meu pedaço, pois é para ela e por ela que busco ser o espelho e modelo, de determinação e superação de seus avós maternos.

Ao meu querido sobrinho e afilhado Eduardo Torres. Por seu companheirismo, carinho, disponibilidade, sensibilidade e motivação. Meu alicerce nesse caminhar.

À CAPES pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

A Prof. Dra. Anna Paula Soares Lemos, pela excelente orientação no processo de construção deste estudo.

Aos professores participantes da banca examinadora Haydea Maria Marino de Sant'Anna Reis e Edicléa Mascarenhas Fernandes pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, em especial ao amigo Francisco e as amigas Monica Plaza e Carla Tonassi pelas reflexões, críticas, sugestões recebidas e apoio tantas vezes por eles emanados.

Aos professores amigos, pela colaboração e acolhimento concedido na troca de experiências e incentivo nas horas mais difíceis.

GRATIDÃO ETERNA.

“Não sendo superior nem inferior a outra prática profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de responsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. É que lido com gente. Lido, por isso mesmo, independente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes, fortes, dos educandos. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar”.

Paulo Freire

RESUMO

Historicamente, a educação não foi adaptada para receber os idosos que hoje possuem melhor expectativa de vida e consideram a velhice uma etapa repleta de possibilidades. Logo, a pesquisa proposta tem como objetivo geral identificar quais os desafios e possibilidades de emancipação e inclusão do idoso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois, mesmo que sejam contemplados nessa modalidade de ensino, sua invisibilidade é observada nas políticas públicas, embora exista a intenção de inserção da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Já os objetivos específicos são: verificar se existe adequação pedagógica para efetiva inclusão desses discentes na EJA; entender os conceitos propostos entre velhice e o envelhecer; analisar se o envelhecer está excluindo ou conduzindo o idoso a uma emancipação, pautada no paradigma de Educação ao Longo da Vida, como linha orientadora ao direito à EJA/EJAI. O percurso metodológico está sistematizado pela abordagem crítica, por meio de um estudo documental da história da EJA, e pela investigação bibliográfica que revelou a realidade socioeducacional e econômica dos idosos que, por diversos motivos, permaneceram à margem do processo de inserção social. Esta dissertação envolve memórias históricas que confirmam como os trabalhos mediados pela gerontologia educacional corroboram com a autoestima, a empatia e a inserção social do idoso. Os benefícios elencados postularam entender e multiplicar a ideia de que a velhice é uma construção social complexa, validando os desafios faceados pelo projeto EJA na construção de uma educação crítica-libertadora. Nessa assertiva, construir um espaço de pertencimento requer mudanças de estratégias, acesso, permanência e qualidade na produção do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem a educação intergeracional e o processo de envelhecimento. Assim o resultado da pesquisa permitiram concluir que ações para garantir o direito a educação das pessoas jovens, adultas e idosas, são possíveis de ocorrer vinculadas, porém, a processos complexos que envolvem a participação de movimentos sociais, que podem impulsionar, o compromisso ético-crítico do Estado na direção da qualidade social da educação, evidenciamos também a inexistência de políticas públicas que contemplem realmente ao público citado, sendo esses elo de articulação da educação permanente e formação integral. Mesmo que não conste na Constituição Federal de 1988 a menção direta ao desenvolvimento da educação permanente, a EJAI é parte da concepção de Educação ao longo da vida. Portanto, propomos repensar os sistemas educacionais para garantir que eles sejam inclusivos e abrangentes, atendendo a todas as faixas etárias, incluindo os idosos, pois, segundo as referências estatísticas do IBGE/2000, o aumento da população idosa tem sido significativo no Brasil e no mundo devido à elevação da expectativa de vida, cuja meta deve ser aproveitar ao máximo esse período, mantendo a qualidade de vida e o bem-estar físico e mental.

Palavras-chave: idoso; inclusão social; EJA; emancipação do idoso.

RESUMEN

Históricamente, la educación no ha sido adaptada para recibir a los ancianos que hoy tienen mayor expectativa de vida y consideran la vejez una etapa repleta de posibilidades. Por lo tanto, la presente investigación, tiene como objetivo general identificar cuáles son los desafíos y posibilidades de emancipación e inclusión del anciano en la Educación de Jóvenes y adultos (EJA), aunque contemplados en esa modalidad de enseñanza, su invisibilidad se observa en las políticas públicas aunque existe la intención de insertar en la Educación de a los Jóvenes, adultos y Ancianos (EJAI). Además de los objetivos específicos que son: verificar si existe adecuación pedagógica para la efectiva inclusión de esos discentes en la EJA; entender los conceptos propuestos entre la vejez y el envejecimiento; analizar si el envejecimiento está excluyendo o conduciendo al anciano a una emancipación, pautada en el paradigma de Educación a lo Largo de la Vida, como línea orientadora al derecho a la EJA/ EJAI. El recorrido metodológico, está sistematizado por el abordaje crítico, por medio de un estudio documental de la historia de la EJA, y bibliográfico que revelaron la realidad Socioeducativa y económica de los ancianos que por diversos motivos permanecieron al margen del proceso de inserción social. Esta disertación involucra memorias históricas que confirman los trabajos mediados por Gerontología educacional corroboran para autoestima, empatía e inserción social del anciano. Los beneficios recogidos fueron entender y multiplicar la idea de que la vejez es una construcción social compleja, validando los desafíos faceados porque refuerzan la dificultad del proyecto EJA como construcción de una educación crítica liberadora. En esa asertiva, construir un espacio de pertenencia requiere cambios de estrategias, acceso, permanencia y calidad en la producción del conocimiento, con propuestas curriculares que contemplen la educación intergeneracional y el proceso de envejecimiento. Aunque no existe en la Constitución Federal de 1988 la mención directa al desarrollo de la educación permanente, la EJAI es parte de la concepción de Educación Permanente. Por consiguiente, proponemos repensar los sistemas educacionales para garantizar que sean inclusivos y completos, atendiendo a todos los grupos de edad, incluso a los ancianos. Cabe añadir que según las referencias estadísticas del IBGE/2000 el aumento de la población anciana creció en Brasil y en el mundo debido al aumento de la expectativa de vida, cuya meta debe ser aprovechar al máximo ese período, manteniendo la calidad de vida y el bienestar físico y mental.

Palabras llave: anciano; inclusión social; EJA; emancipación del anciano.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições sobre o envelhecimento.....	37
Quadro 2 - Histórico das edições da Confintea.....	73
Quadro 3 - Tipos de preconceitos.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro da população do Brasil, segundo sexo e idade	22
Figura 2 - A população – Brasil 2020	23
Figura 3 - Tipos de preconceitos	32
Figura 4 - Sou cidadão, tenho direitos	33
Figura 5 - Alfabetização após os 50 anos tem baixa no ensino público.....	83
Figura 6 - Tabela de taxa de analfabetismo	83
Figura 7 - Idosa mostra que não existe idade para retornar à escola.....	84
Figura 8 - Sensibilidade o caminho da perfeita inserção.....	86
Figura 9 - A educação do idoso precisa ser inclusiva e participativa.....	88
Figura 10 - A experiência de vida relacionada à atuação profissional.....	90
Figura 11 - Estudantes de Bauru, debocham de colega ter 40 anos.....	91
Figura 12 - Em busca de direitos e visibilidade.....	92
Figura 13 - Quero ser ouvida. Isso é etarismo	95

LISTA DE SIGLAS

ABG	Associação Brasileira de Gerontologia
ANG	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEAA	Campanha de Educação de Adolescente e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CREJA	Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituto de Longa Permanência para Idosos
IPEA	Instituto de Permanência Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
NETI	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da indústria
UATI	Universidade Aberta para Terceira Idade
UNATI	Universidade Aberta para Terceira Idade
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Relato de experiência da pesquisadora, desenhando capítulos	15
1.2 Educação: um direito humano, congênito e legítimo	18
1.3 A gênese da pesquisa	20
1.4 Concepção norteadora e metodologia da investigação	25
1.5 Por um direito inconstitucional: educação ou ideologia?.....	29
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
2.1 As transformações mercadológicas advindas do capitalismo: conceitos de velhice e envelhecimento	34
2.2 E o que é a velhice?	40
2.3 A velhice não é um caso só de velhos, mas de todos	42
2.4 O idoso e as múltiplas exclusões	48
2.5 As dimensões de um currículo crítico-libertador	52
3 EJA: SITUANDO SEU TRAJETO.....	58
3.1 Seus paradigmas, desafios e direitos	58
3.2 EJA: tecendo objetivos, características e desafios	62
3.3 EJA: um direito humano ou uma ideologia constitucional	69
3.4 EJA: entre a garantia dos direitos e a consolidação.....	70
3.5 EJA: perscrutando perspectivas olhares e oportunidades.....	74
3.6 A Educação: formal, não formal, informal como extensão da permanente .	76
4 EJA PARA EJA!	80
4.1 A busca pela visibilidade e garantia de acesso à continuidade	80
4.2 Elevando a autoestima – nunca e tarde para (re)começar	82
4.3 Entre medos e sonhos. nós, o outro e eu.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a educação como um direito humano e constitucional, direito que não se restringe à escolarização ou à Educação Básica, mas que envolve processos formais, não-formais e informais, a qual oportuniza uma formação integral que supere os limites de idade, classe social o caráter utilitarista entre outros, esta dissertação preconiza apontar propostas educacionais voltadas para a educação ao longo da vida.

Desta forma, faz-se necessário entender as relações que o discente estabelece com a escola e o saber, pois, ao conseguir libertar sua consciência da opressão social, estará também modificando sua compreensão do mundo e de si. Tal inquietação encontra eco na afirmação de Fonseca (2002, p. 47) ao relatar que:

Uma proposta educativa precisa indagar seus alunos sobre suas próprias expectativas demandas e desejos para indagar-se a si mesma sobre a sinceridade de sua disposição e a disponibilidade de suas condições para atendê-las ou com elas negociar. Pergunte-se, pois, a alunos e alunas da EJA: o que motiva seu próprio investimento na Educação do adulto que é ele mesmo?

Esta visão ressalta a concepção de educação permanente como direito, com políticas públicas que assegurem um processo contínuo de humanização e emancipação. É imprescindível que se reflita sobre como a educação produz e reproduz saberes do meio social.

No momento atual, o idoso encontra-se em grande evidência nas discussões da sociedade brasileira. Enfatizam-se relações de discriminação e preconceito com essa faixa etária, uma vez que a demanda social aumenta em razão do crescimento e envelhecimento da população brasileira, o que segue a tendência mundial. No Brasil, cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Características dos Moradores e Domicílios (PNAD).

Nessa assertiva, é oportuno problematizar o papel da educação escolar em relação à construção da identidade como processo social, histórico e cultural, com o propósito de validar o direito à formação humana ao longo da vida considerando ser o viés da negatividade que permeia a noção de envelhecimento.

Tomando essas questões como ponto de partida, a fim de responder à questão em apreço, definimos como objetivo geral: identificar quais são os desafios e possibilidades de emancipação e inclusão do idoso na EJA para, assim, desvelar sua importância. Como objetivos específicos: identificar se existe adequação pedagógica para efetiva inclusão desses discentes na EJA, contextualizando a educação como Direito no Brasil, a partir das Constituições e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entendendo os conceitos contemporâneos propostos entre a velhice e o envelhecer, analisando se o envelhecer está excluindo ou conduzindo o idoso a uma emancipação; apoiada no paradigma de Educação ao Longo da Vida, como linha orientadora do direito à EJA/EJAII.

O desafio a ser evidenciado nessa dissertação veio da experiência docente da pesquisadora ao atuar durante dois anos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em consonância com as observações feitas nesse período e seu momento atual de vida, trazendo como inquietações as questões: a longevidade, e essa nova forma de envelhecer, a existência de empoderamento na linha de trabalho da modalidade EJA, em relação ao idoso e suas expectativas de vida.

Tais questões também foram sendo buriladas e trabalhadas ao longo da pesquisa, tendo em vista que a educação escolar é uma prática social permeada de discordâncias existentes em nossa sociedade. Por isso, a análise contínua desse processo atuou como suporte a fim de substanciar as informações elencadas.

É preciso rever as estruturas que permeiam a educação para que se possa redirecionar os aspectos excludentes da nossa cultura, assim como a prática pedagógica ofertada ao idoso na EJA para que seja possível promover a aquisição de conhecimentos e a instrumentalização desse público, como também favorecer que tenha uma participação mais ativa e integrada na sociedade.

Galvão e Soares (2004), tratando do tema diversidade, caracterizam da seguinte forma os agrupamentos nas salas de aula da EJA:

São pessoas com experiências e bagagens distintas provindas das vivências no campo familiar, social e no mundo do trabalho. Há os jovens, os mais jovens – adolescentes os adultos e os mais adultos – a terceira idade. Há negros, brancos, homens, mulheres, católicos, evangélicos, participantes de religiões de origens africanas (Galvão; Soares, 2004, p. 5).

Brandão (1996) afirma que somente considerando a educação como prática e valor social será possível pensá-la de maneira indissociável da cultura e das relações sociais, problematizando o papel da educação escolar em relação à construção da identidade da pessoa. Todavia, Arroyo (2014, p. 99) evidencia que “[...] a cultura é também princípio educativo, matriz formadora inseparável do trabalho”.

Nesse sentido, a pesquisa propõe também analisar a educação permanente como direito articulado com a educação de jovens e adultos por ambas apresentarem elementos convergentes com foco nas diretrizes de acesso, permanência, qualidade de ensino e o idoso que vem quebrar tais paradigmas ao encontrar na EJA uma pluralidade de perfis, como também uma via de emancipação e de descoberta da identidade.

A evolução do direito constitucional à educação ainda se configura lenta e desigual. Os problemas estruturais, as questões socioeconômicas e culturais dos discentes matriculados na EJA reproduzem de forma avassaladora tanto as reprovações quanto as desistências tão presentes nessa modalidade de ensino. Com isso, elucida-se paulatinamente o grande vazio e distanciamento das políticas públicas educacionais voltadas aos idosos e as leis de nosso país que não amparam a realidade desses (Arroyo, 2005). O autor afirma que:

Nesse quadro de revisão institucional dos sistemas escolares, torna-se uma exigência buscar outros parâmetros para construir a história da EJA. Se a organização dos sistemas de educação formal está sendo revista e redefinida a partir dos avanços da consciência dos direitos, a educação dos jovens-adultos tem de ser avaliada na perspectiva desses avanços (Arroyo, 2005, p. 44).

Apesar de sua trajetória histórica e de lutas pelo direito à educação, a EJA encontra-se ainda em um papel secundário, apesar de trazer consigo um potencial de educação inclusiva, compensatória e principalmente social.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar quais os desafios e possibilidades de emancipação e inclusão do idoso na EJA, buscando nesse contexto identificar ainda se existe adequação pedagógica para efetiva inclusão desses discentes. Ademais, objetivou-se estruturar uma reflexão após as leituras no sentido de verificar se existem políticas educacionais que buscam promover a educação permanente e se o envelhecer vem excluindo ou tem sido conduzido a uma emancipação.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho é pautada pela abordagem crítica, considerando o que menciona Adorno (1995, p. 121): “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica”. Ou seja, não basta assumir princípios preestabelecidos sobre o conceito de educação e sua função limitada pelos interesses dos sistemas vigentes.

Salienta-se que os procedimentos metodológicos partiram do estado de conhecimento sobre a temática, seguidos pela pesquisa bibliográfica, documental e posterior análise dos resultados à luz do embasamento teórico.

Para responder aos questionamentos elencados e visando à produção real que revelou a realidade socioeducacional e econômica, sabendo ser esta o fruto de uma realidade histórica, destacamos as implicações e a necessidade da mudança dos paradigmas e posturas inadequadas em relação ao idoso, na perspectiva da elevação de sua autoestima, integração, permanência e de seu sucesso.

Ao buscar as prescrições das legislações específicas e a realidade da população idosa, tornou-se fundamental levar em conta o contexto em que está inserida e discernir sobre os processos de alienação aos quais está submetida. É notório que a educação ocupa um importante papel ao ser uma alternativa que irá possibilitar que o idoso entenda o envelhecimento e a velhice, bem como seu papel de sujeito social. Entretanto, cabe ressaltar que cada sujeito tem sua identidade e seu próprio contexto sociocultural, e isso faz com que seja diferente dos demais, uma vez que nem todos têm o mesmo modo de vida, nem a mesma cultura.

Assim, manter a coerência no tratamento reflexivo e crítico da condição do direito à educação das pessoas jovens, adultas e idosas, é um compromisso ético em defesa da vida, do reconhecimento que contempla a diversidade dos sujeitos, como também as vivências e a cultura. Será esse o formador da construção social do sujeito. A prática coletiva e a troca desempenham papéis fundamentais, pois são as fontes mais vivas da teoria, de seu ideal de educação, de sua utopia pedagógica.

1.1 Relato de experiência da pesquisadora, desenhando capítulos

No plano pessoal, sempre vi na educação, na troca de experiências, o caminho para transpor obstáculos e limites. Sou negra, filha de pai analfabeto, imigrante nordestino, sapateiro e artesão. Meu pai criava e fabricava sandálias, chinelos e

sapatos. Proporcionou muitas alegrias ao criar estilos diferentes para blocos e alas de agremiações carnavalescas.

Minha mãe, natural do interior de Campos, não terminou o Ensino Médio, mas, para ajudar no sustento dos filhos, apesar de seus problemas cardíacos, aprendeu com ele a arte e se propunha a ajudá-lo nesse ofício. Juntos, eles construíram e educaram seis filhos, assim como passaram conhecimentos e valores nos quais acreditavam e que permeariam todas as nossas vidas.

“Madrecita”, como a chamava, pela força e carisma que possuía, ensinou meu pai a escrever seu nome, ler algumas palavras e a desejar que cada um de seus seis filhos tivessem pelo menos o Ensino Médio completo. Era o que poderiam proporcionar, estabelecendo um código de honra entre nós, visto que crescemos acreditando que só por intermédio da educação encontraríamos o respeito, o sucesso e a fortificação dos valores recebidos.

Formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), nos anos 80, tendo toda trajetória escolar pública, inclusive o Ensino Médio. Ressalto sempre que toda minha formação é pública e orgulho-me também por ser servidora pública.

Meu pai, embora fosse analfabeto, foi sempre instigado por minha mãe e incentivou que todos estudassem e fizessem concursos. Fez com que acreditássemos que, para vencer, precisávamos ser os primeiros. Afirmava que só assim garantiríamos nossa vaga/existência.

Ao ingressar na UFRJ, já trabalhava como servidora pública e privada (professora). Eu era, para meus pais, o orgulho e a certeza de que os ensinamentos recebidos nos proporcionaria o respeito e o sucesso e a fortalecendo assim os valores recebidos, nosso caminhar. Meus irmãos buscaram seguir os mesmos ensinamentos, cada um a seu tempo.

A minha trajetória na efetivação do direito à educação é excessiva. Apreendi com minha mãe a arte e a paciência de ensinar, ao vê-la alfabetizar meu pai e crianças do entorno (apesar de não ser professora). Trabalhei e trabalho com escolas e com pessoas que dialogavam e não dialogam com minha visão de vida. Sofri preconceitos ao resolver ser gestora e professora de língua estrangeira (espanhol). Neste contexto, entendi que precisava trabalhar com a ausência de direitos, pois a cultura imposta no nosso universo escolar estava distante da minha vivência, de meus valores. Restou uma inquietação, uma necessidade de construir e fazer diferente.

Difícil, mas, acredito naquilo que prático. Desafio-me hoje a buscar uma identidade voltada para o engajamento social, vendo nesse coletivo em sua maioria membros de classes trabalhadoras, com muitas dificuldades sociais e sem garantias de direito à educação e à vida. Recuso-me a perder meus referenciais, pois isso significaria perder aquilo que me dá sentido de continuidade e identidade vivenciada, construída.

Na tentativa de efetivar o compromisso assumido, a pesquisa no primeiro capítulo versa sobre o referencial teórico, abordando categorias fundamentadas em Paulo Freire (1996, 1997, 2001), quando defende a educação que promove condições para que o oprimido se liberte, a educação que promove reflexão, humaniza; Adorno (1995, 2012), ao reconhecer a educação como responsável pela libertação do homem; Bosi (1994, 1979, 2010), quando profere que a velhice varia em cada sociedade e em cada tempo histórico; Beauvoir (1990) e Perugini (2001), ao descrevem a história da velhice em algumas sociedades; Martins (1997), Barros (2013) e Dussel (1995) quando enfatizam o direito a uma vida digna; Fonseca (2002) e Fraiman (1995), que veem o envelhecimento como um processo complexo, não um momento; Motta (2003), que defende a velhice associada com a finitude, com a dificuldade de aceitação; Amarano (2004), que aborda o envelhecimento relacionado com as questões sociais não resolvidas, pobreza e exclusão; Borges (2007), ao afirmar que o estado brasileiro não garante amplo acesso à população desprivilegiada, a maioria idosos; Jordão Netto (1997) e Messy (1999), que caracterizam a velhice como resultado e o prolongamento do envelhecimento; Debert (1998), que reconhece a velhice como uma categoria natural; Durand (2011) e Arroyo (2014, 2005), que clamam por uma revisão dos sistemas escolares para efetiva construção da história da EJA, entre outros.

O segundo capítulo focou em um estudo sobre os fundamentos teóricos diferenciando o conceito de velhice e envelhecimento, análises também embasadas em dados do IBGE que demonstram o envelhecimento da população brasileira, expressando as proclamações e os paradigmas do direito à educação das pessoas jovens, adultas e idosas, com uma reflexão sobre as dimensões de uma Educação Permanente, o que justifica a necessidade da existência de ações de inclusão dos idosos na EJA, corroborando com um currículo crítico-libertador e a conscientização de que todos chegarão à terceira idade e que se faz necessário reconhecer seu espaço e sua importância.

O terceiro capítulo tratou das prescrições e direitos do idoso ao longo da história, tendo como foco a EJA/ EJAII, ressaltando suas características, a negação de seus direitos e a presença do idoso nesta modalidade de ensino, analisando projetos e de que forma se completam e diferem quando estão a lançar seu olhar no idoso.

No quarto capítulo, foi apresentada uma análise documental da EJA e sua percepção de que olhar para a formação integral do idoso ao longo da vida é fundamental, evidenciando seus limites e possibilidades. Por isso a EJAII, sua criação comparando e demonstrando o que difere a EJA da EJAII, ou se está a complementar projetos que envolvem um olhar de inserção ao envelhecimento. Enfatizamos também a importância das ações da Universidade aberta da Terceira Idade, que pressupõem a integração e a participação do idoso, não apenas no contexto individual, mas na coletividade, sem deixar de reconhecer a diversidade na EJA, conseqüentemente, quais efeitos o ato de escolarização vem trazendo para suas vidas. Logo, as considerações finais vêm a exteriorizar as discussões e análise dos dados a que se chegou com o desdobramento da pesquisa

Por meio de algumas fundamentações e pela oportunidade de acessar experiências com bases coesas aos propósitos da pesquisa, foi possível realizar um trabalho dinâmico entre a teoria e a prática, fruindo de leitura para problematizar, pensar e repensar o real direito à educação para as pessoas jovens, adultas e idosas em nosso país.

Portanto, pretendemos não esgotar este estudo, mas despertar a reflexão sobre o papel dos que atuam nessa modalidade de ensino, articulando os saberes para romper com as grades epistemológicas nas quais há tanto tempo nos tornamos prisioneiros. A superação dessa condição não se efetiva se a organização político-pedagógica não estiver pautada na ética humana, compreendida em uma formação integral e comprometida com a qualidade e diversidade tão presente.

1.2 Educação: um direito humano, congênito e legítimo

Por vezes, somos impulsionadas a entender ou a traduzir reflexões permeadas por diferentes sensações, tais como estranhamento, angústia. Ao refinar meu olhar como pesquisadora, percebo e entendo que comprometimento e aprendizado possuem um caráter transformador e inovador da realidade. O fato de pertencer a uma linha de pesquisa com múltiplas dimensões fez com que fosse possível me deparar

com textos complexos, dando-me uma amplitude nunca apontada ou visualizada, isto é, consegui conhecimento e a necessidade de analisar substancialmente, com base teórica, os fatos da realidade e não me desvencilhar de minhas intuições, curiosidades e reflexões.

Freire (1997), em muitas de suas contribuições, já alertava ao escrever que esses sentimentos envolvem aquisição de conhecimento e seriedade na construção dos objetivos. Assim afirmando.

[...] é necessário que evitemos outros medos de que o cientificismo nos inoculou. O medo, por exemplo, de nossos sentimentos, de nossas emoções, de nossos desejos, o medo de que ponham a perder nossa cientificidade. O que eu sei. Sei com o corpo inteiro: com minha mente crítica, mas também com meus sentimentos, com minhas intuições, com minhas emoções. O que eu não posso é parar satisfeito ao nível dos sentimentos, das emoções, das intuições. Devo submeter os objetivos de minhas intuições a um tratamento sério, rigoroso, mas nunca os desprezar[...] (Freire, 1997, p. 43).

Com base nessas considerações, predomina e enaltece a necessidade de sublimar uma vida depois dos sessentas, não a desvalorizando e ou excluindo dela a possibilidade de empoderamento e inserção social. A mentalidade freireana entende que a Educação é um ato de transformação com base na competência, atendendo a um conhecimento progressivo e inacabado.

Freire (1996) em suas obras acredita na importância da conscientização das relações do ser humano com o mundo por meio do exercício da ação e reflexão, que leva o homem a desvelar, escolher, decidir aceitar ou a romper, fazendo com que o oprimido se liberte. Olhar para si mesmo e saber pensar, agir, sentir e viver de modo diferente do atual, liberta e transforma, entendendo não ser uma realidade pronta e acabada. Freire (1996, p. 66) profere que:

Enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo, o sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo. O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores. Domínio em que seres humanos, experimentam a dialética entre determinação e liberdade.

A educação opressora não busca a essência do educando, ela desvia o aprender, a troca, enaltecendo a exclusão. O ser humano, o idoso, precisa confiar em si como potência de transformação para acreditar no poder do conhecimento inacabado para fomentá-los.

Seguindo essa linha de raciocínio, Freire (1996) é referência para todas as modalidades educativas, visto que acende a reflexão da importância da formação integral, que busca a conscientização dos sujeitos diante dos contextos de opressão, sendo imprescindível a luta por uma sociedade igualitária, o que implica uma ética que não pode ser perdida de vista, distanciada da prática educativa, pois é ela o elo que transforma conceitos, firma valores e ou aprimora o próprio existir.

Cabe ainda ressaltar que as disciplinas estudadas no mestrado, assim como as orientações, possibilitaram refletir a respeito do meu objeto de estudo no sentido de pesquisar e analisar se os saberes escolares na Educação de Jovens e Adultos (EJA) contribuem com o empoderamento e emancipação de pessoas tidas como idosas, porque se nota que os termos velho, velhice e idoso já trazem consigo uma conotação pejorativa, desvaloriza, exclui os desejos, anseios e expectativas, rejeita também a subjetividade dessas pessoas.

Ao lançar o olhar sobre o idoso, pretende-se instigar uma reflexão sobre os impactos dessa inserção na EJA, pois ainda que as evidências, estatísticas e discussões acerca do envelhecimento busquem um reconhecimento de um direito adquirido que clama pela empatia, por diálogos que reproduzam respostas coletivas para que todos possam usufruir da senioridade de forma digna e segura, e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera como pessoa idosa em nosso país os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, ainda não se reconhece e valoriza o idoso como ser humano integral. Conhecer e reconhecer o que sente o outro, contempla tanto as regras da vida em comum quanto a transmissão de saberes indispensáveis à vida coletiva.

Por meio de algumas fundamentações e pela oportunidade de acessar experiências com bases coesas aos propósitos da pesquisa, foi possível realizar um trabalho dinâmico entre a teoria e a prática, fruindo de leitura para problematizar, pensar e repensar o real direito à educação para as pessoas jovens e adultas e idosas em nosso país.

1.3 A gênese da pesquisa

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cauciona, conforme a Figura 1, que no Brasil há mais de 30 milhões de idosos e que esses

sofrem preconceitos, por meio de um estereótipo negativo da velhice, na tentativa de frisar uma incapacidade e improdutividade não condizente com a realidade.

É notório que as políticas públicas existentes não atendem às necessidades da sociedade sênior. Percebe-se ainda que a população em idade ativa será inferior a 60% da população total no ano 2060. A população idosa será mais que o dobro da população jovem em 2064.

Infelizmente, manter-se ativo em uma sociedade que afirma a incapacidade do idoso desvaloriza suas vivências e especificidades, cria distorções de direitos, dificulta compreender e enfrentar os paradigmas da velhice que se sobrepõem às considerações culturalmente postas.

Posto isto, mesmo vivenciando inovações, nos mais distintos campos, o idoso enfrenta problemas sociais graves. Camarano (2004, p. 254) profere que “no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional se soma a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão”.

É fato que a OMS qualifica como idoso uma pessoa com 60 anos ou mais, assim como no âmbito legislativo do direito internacional a idade é o fator determinante para a caracterização de um indivíduo como idoso, concepção consolidada com a publicação da convenção interamericana sobre os direitos das pessoas idosas, primeiro documento internacional com caráter jurídico. Essa convenção tem por objetivo promover, proteger e assegurar o reconhecimento, o exercício pleno e equitativo, em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso, a fim de contribuir com sua plena inclusão, integração e participação na sociedade.

Entretanto, refletindo sobre essa afirmativa, verifica-se que, no âmbito social, ser idoso ou idosa corresponde à experiência de vida vinculada ao processo biológico natural de envelhecimento de todo ser vivo que vai além da faixa etária. Tal como salienta a psicóloga Bosi (1994), a senioridade, além de poder ser vista como um destino, também deve ser tratada como categoria social. O tratamento dado a essa etapa poderá vir da luz, qualidade de vida, dignidade e prazer a esse novo ciclo.

Foi a convenção um importante avanço para garantir os direitos da população idosa das Américas. A pirâmide etária brasileira, apresentada na Figura 1, fornece importantes informações sobre natalidade, idade média da população, longevidade,

como também permite observar que, a partir dos 60, o gênero feminino vem superando bastante o masculino.

Figura 1 - Quadro da população segundo sexo e idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Fonte: IBGE (2022)

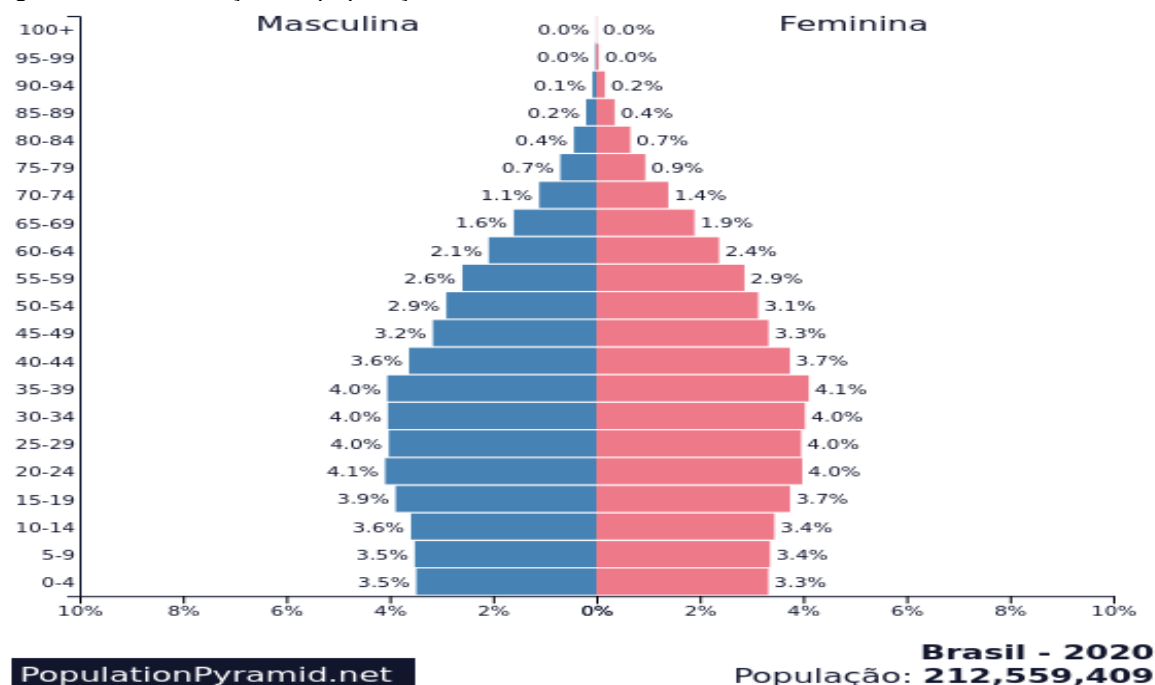
É notório que o valor da vida idosa tem uma significação efêmera, apesar de existir uma proteção legislativa na teoria, visto que a realidade prática muitas vezes expõe as dificuldades dessa população e o não cumprimento dos seus direitos fundamentais. Em nossa sociedade, o valor da juventude ainda impera. Por outro lado, se pensarmos no próprio processo de desenvolvimento do ser humano, percebe-se que há constantes perdas e desconstruções. O envelhecimento da população brasileira aumentou entre 2012 e 2022. Esta mudança pode ser observada pela menor porcentagem encontrada em 2022 nos grupos etários mais jovens (base da pirâmide), ao mesmo tempo em que houve aumento nas porcentagens dos grupos de idade que ficam no topo da pirâmide.

A distribuição da população, conforme a Figura 2, residente do país por grupos etários mostrou a tendência de queda da proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade. Em 2012, era de 47,75, passando para 42,35 em 2022. Os grupos que compreendiam pessoas de 0 a 17 anos totalizavam 24,2%; os de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade correspondiam, a 10,8% e 7,3% da população residente.

A população acima de 30 anos de idade registrou um crescimento em 2019, atingindo 57,7%, maior que a de 2022, 52,4%. Os grupos de 30ª 39 anos,

correspondiam a 15,8%, já os de 40ª 49 anos, 13,8%, 50 a 59 anos, 12,4% e 60 a 64 anos, 49%. A parcela com 65 anos ou mais de idade representa 10,8% da população.

Figura 2 - A distribuição da população



Fonte: IBGE PopulationPyramid.net

O que é muitas vezes destinado ao velho é apenas um confinamento em uma existência de aceitação em relação a tudo o que lhe é imposto, uma trajetória finita. Observar e lançar um olhar sobre os paradigmas que envolvem os sujeitos idosos, evidencia a necessidade de estudos bibliográficos das bases legais e políticas tratadas e traçadas na EJA amparadas sempre em seu recorte histórico, reconhecendo também o conceito de velhice e envelhecimento em um perfil sociológico e psicológico, além de especificar sobre a importância do direito à educação para todos indiscriminadamente, nesses tempos de ameaças ao Estado de Direito em que vive a sociedade brasileira.

O impacto, a busca por manter-se ativo em uma sociedade que afirma a incapacidade do idoso, é um dilema que precisa ser vencido. A velhice nunca foi sinônimo de doença ou limitação, é sim uma etapa do processo de desenvolvimento humano. Por meio dela, as heranças culturais presentes em nossa realidade poderão se modificar e redirecionar os aspectos excludentes da nossa cultura para um pensar crítico e compatível com a atual realidade.

O envelhecimento da população mundial vem sendo discutido em várias áreas do conhecimento como a psicologia, sociologia, filosofia. É uma preocupação para toda sociedade, uma vez que esse crescimento se reflete na economia, nas ações políticas e na própria organização social. Entretanto, o processo de envelhecimento suscita em cada indivíduo que se encontra nesta fase da vida questionamentos, preocupações e reações diversas em relação a tal fato.

Debert (2003) destaca que as pesquisas antropológicas que tratam das etapas da vida, e da velhice, são complicadas por não apresentarem uma precisão em seus limites, mostrando que muitas vezes é por meio da aparência ou da autodefinição dos pesquisados que se tem a classificação.

Motta (2003) chama a atenção para a dificuldade que as pessoas têm em se definir como velhos, pois a velhice está sempre associada com a decadência ou com a finitude. Ressalta ainda que, apesar das pessoas terem idade aproximada ou pertencerem a mesma geração, isso não garante as mesmas características em relação à resistência física, saúde, inteligência e nem a mesma qualidade de vida.

Assim refletindo, a velhice não é um recomeço, mas sim a necessidade de um novo ordenamento do cotidiano, um reconhecimento e administração de perdas, ganhos e transformações. A velhice e o processo de envelhecimento demonstram não existir formas pré-definidas, mas um conjunto de situações particulares, em que se faz necessário levar em conta as especificidades de cada uma das fases específicas.

Diante do pressuposto, assim como é certo que o envelhecer, a velhice podem ser aprendizes da vida até em seus últimos dias, também eles têm muito a ensinar. Bosi (1979, p. 32) evidencia que:

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente o reviver que se perdeu, de histórias, tradições o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força essa vontade de revivência arranca do que passou seu caráter transitório.

Nessa perspectiva, para que o idoso possa estar em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que esteja inserido em um processo educacional que privilegie uma formação contínua e participativa como ser social; compartilhando saberes e conhecimentos, bem como aprendizagens significativas,

não somente para o trabalho, mais para assumir seus direitos, cumprir seus deveres, desenvolver autonomia, compreender o mundo e as tecnologias a sua volta. Por fim, envelhecer com dignidade exercendo seu direito pleno a cidadania.

O tratamento dado ao idoso depende ou é influenciado, ainda que indiretamente, pela visão que a sociedade tem dessa etapa da vida. Com esse referencial delineado, com a reflexão de algumas fundamentações e pela oportunidade de acessar várias experiências com critérios coesos aos propósitos da pesquisa, evidencia-se que as demandas são muitas e constituem desafios que precisam ser superados.

Resta saber como seriam redirecionadas as visões de velhice e envelhecimento pressupostas em linhas de pesquisas gerontológicas. O envelhecimento pode ser uma experiência prazerosa e com qualidade de vida, se acreditarmos que não existe um padrão único de velhice.

Para Alkema e Alley (2006), os desafios envolvendo a gerontologia como campo integrado do conhecimento incluem barreiras para a interdisciplinaridade, a adoção de uma linguagem comum entre especialistas e estudiosos do envelhecimento, bem como a integração do conhecimento biopsicossocial e das teorias já produzidas.

A gerontologia é vista por alguns estudiosos como uma ciência com dados ricos e teorias pobres, alerta os autores. O desafio consiste em articular as teorias à prática a fim de melhorar as condições de vida e de saúde dos idosos e da população que envelhece.

Na educação da EJA, a diversidade etária é um fato. Não existe somente a intenção de voltar ao mercado de trabalho por parte dos idosos, mas também a vontade de aprender o que não foi oportunizado quando eram mais jovens, por conta das privações que sofreram e os levaram à condição de excluídos (Coura, 2007).

Vivenciar essa realidade constitui um dever ético que marca o sentido da vida. Tem-se, em organização objetiva e social, o bem comum concretizado em ações e associado ao desenvolvimento da autoconsciência, assim como a capacidade humana de refletir

1.4 Concepção norteadora e metodologia da investigação

Este estudo teve como tema a EJA e o idoso, bem como se sustenta nos princípios da ética humana. Em razão disso, tem-se que a produção de conhecimento

se desenvolve por um processo metodológico. Com foco na aprendizagem, somos impulsionadas a entender ou a traduzir reflexões permeadas por diferentes sensações, tais como estranhamento, angústia e acolhimento.

Ao refinar o olhar, pode-se perceber e entender que o comprometimento e o aprendizado possuem um caráter transformador e inovador da realidade. O fato de pertencer a uma linha de pesquisa com múltiplas dimensões, deparar-se com textos complexos evidencia certa amplitude, como também faz com que seja possível visualizar conceitos e refletir sobre eles. Logo, a aquisição desse conhecimento e análise substancial (com base teórica) de fatos da realidade merecem ser reconhecidos para embasar as práticas realizadas com pessoas idosas, seja no campo da medicina, educação e em muitos outros.

Freire (1999, p. 35), alertava que “O entendimento sobre a realidade traz a compreensão do mundo, de como se dá a relação entre liberdade e dominação”. Ressalta também que:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais a conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente a realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. (FREIRE, 1979,p.15)

Com base nessas concepções, predomina e enaltece a necessidade de sublimar uma vida depois dos sessentas, não a desvalorizando e ou excluindo dela a possibilidade de empoderamento e inserção social. A mentalidade freiriana entende que a Educação é um ato de transformação com base na competência, atendendo a um conhecimento progressivo e inacabado.

Nessa direção, houve um levantamento da literatura a ser usada, separando textos, artigos, teses, livros e consulta às legislações vigentes para análise do tema escolhido: Idoso, EJA, empoderamento e inclusão do idoso.

Postulamos desenvolver os objetivos buscando responder e entender: O processo educacional proposto na EJA emancipa e inclui o idoso? Quais as expectativas do idoso, nesse retorno ao espaço escolar? Analisar e trabalhar a velhice como sinônimo de empoderamento. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico e na análise dos textos, tais como teses, dissertações,

destacando quais são as expectativas e atitudes despertadas no idoso em seu retorno ao espaço escolar. Para Severino (2007, p.122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Vale ressaltar que a temática é muito ampla, reflete intensamente nas reprovações e desistências dos estudos que impedem seu êxito. Percebemos que a proposta elaborada para a EJA, no sentido de ser efetivada, necessita de investimentos financeiros e de uma proposta pedagógica que atenda ao seu público.

Tais critérios, na concepção de Arroyo (2017), envolvem uma sala de aula estruturada, assim como a disciplina planejada para que se tenha uma organização pedagógica, além de:

Organizar os tempos e horários, levando em conta as possibilidades e limitações que lhes são impostas pelo trabalho, assumir suas experiências sociais e coletivas de trabalho como estruturantes da proposta curricular, dos conhecimentos, dos valores da cultura a serem trabalhados. Partir dos direitos dos jovens-adultos trabalhadores, essa deveria ser a síntese do currículo. Se o trabalho é estruturante na sua sobrevivência, não deveria ser também no currículo, na proposta pedagógica? (Arroyo, 2017, p. 44).

A complexidade da formação humana de maneira integral está em agregar as diferentes esferas da educação, suas dimensões ligadas ao contexto e a intencionalidade do processo de ensinar e aprender.

Freire (1996, p. 66) acredita na importância da conscientização das relações do ser humano com o mundo por meio do exercício da ação e reflexão. A educação opressora não busca a essência do educando. Ela desvia o aprender, a troca, enaltecendo a exclusão. O ser humano, o idoso, precisa confiar em si como potência de transformação e acreditar no poder do conhecimento inacabado para fomentá-los.

Seguindo essa linha de raciocínio, Freire (1996) é referência para todas as modalidades educativas, visto que acende a reflexão da importância da formação integral, que busca a conscientização dos sujeitos diante dos contextos de opressão, sendo imprescindível a luta por uma sociedade igualitária, o que implica uma ética que

não pode ser perdida de vista, distanciada da prática educativa, pois é ela o elo que transforma conceitos, firma valores ou aprimora o próprio existir.

A sociedade está se transformando, isto gera mudanças na área educativa nos centros educacionais formais e não formais. É consenso que um dos grandes desafios da educação é desenvolver o respeito à diversidade construindo espaços que possam vir a privilegiar necessidades específicas com intuito de promover a inserção do cidadão a sociedade, tornando-o membro participativo dela.

Contudo, quando se fala de políticas públicas, reestruturação, socialização e igualdade interpela-se sobre um sistema complexo, na área da educação, pois, segundo Gomes (2011), as políticas educacionais são construções sociais e históricas determinadas por condições sociais, culturais, políticas e econômicas, ocasionando a interferência de diferentes interesses e concepções na elaboração das ações, do cumprimento da legislação. No entanto, Ranieri (2009, p. 64-65) ressalta que:

Se políticas educacionais estão ligadas a direitos os seus aspectos substantivos e procedimentos não estão sujeitos à discricionariedade de governos. Muito ao contrário estão eles vinculados por parâmetros que devem ser seguidos como obrigações legais e que, portanto, podem ser reclamados por indivíduos como prerrogativas jurídicas. [...] Afirmar, portanto que a educação é um direito humano implica o reconhecimento de que, sempre que essa prerrogativa estiver sob ameaça ou tiver sido violada, o (s) seus (a) titulares devem poder recorrer ao judiciário a fim de obter um provimento capaz de assegurar a sua prevalência.

A defesa de tal direito se torna contraditória ao compreender e se indagar como é possível reclamar direitos, quando não são oportunizadas maneiras de se tomar conhecimento a respeito deles por meio da educação. Tais aportes mostram o quanto as políticas, sejam elas públicas, educativas, sociais e econômicas, não são pautadas pela efetividade dos direitos, mas sim por uma complexa rede de interesses que conduz, ora de forma antagônica, ora com a mesmo intuito, uma mesma sociedade.

É possível entender políticas públicas como o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações estas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (Boneti, 2011, p.18). Evidencia-se que as políticas públicas representam a expressão de demandas econômicas, políticas e sociais que buscam cumprir as regulamentações existentes acerca de um tema, como também da realidade apresentada.

Ao levar em conta os diferentes âmbitos da educação, a escola não pode deixar

de ser vista como um importante local em que a socialização se dá e perpassa por várias etapas (Morangas,1991), não se restringe apenas às etapas iniciais do desenvolvimento humano, mas assim as descreve como:

A **aceitação** que consiste em interiorizar valores; a **acomodação** supõe maior interiorização e ajustamento dos valores externos aos próprios; **adaptação** exige uma mudança da conduta individual mais incisiva que a acomodação; a **assimilação** refere-se à interiorização de valores sociais pelo indivíduo de maneira permanente; a **integração** é a última etapa do processo de socialização, pressupondo a interiorização global dos valores e manifestações externas de sua conduta (Morangas,1991, grifo nosso).

Por meio deste pressuposto, o idoso é inserido em um contexto social mais extenso, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmitificando medos e percebendo espaços que podem conhecer e vivenciar. É preciso ter em mente que o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo.

Conforme explicitado por Morangas (1991), para que os idosos tenham uma aprendizagem efetiva, são necessárias motivações adequadas, além de um meio que permita o tempo de assimilação que assegure um papel social significativo para todos eles.

Neste fito, o idoso busca alternativas para superação das dificuldades que lhes foram impostas durante sua vida e acentuadas ao atingir a terceira idade.

1.5 Por um direito inconstitucional: educação ou ideologia?

O progresso educacional deve ocorrer como ponto fundamental da socialização do idoso. Entretanto, ainda se vê uma realidade distante do que se está legalmente preconizado. A educação é por si mesma um ato ideológico. Para Oliveira (2016, p. 59), esse tipo de abordagem “facilita descrever a complexidade do problema estudado, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar processos sociais, oferecer contribuições no processo de mudanças”. Ademais, para que o idoso possa estar em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que esteja inserido em um processo educacional.

O respeito à trajetória idosa, às conquistas e perdas sofridas precisam ser respeitadas. Vivemos em uma sociedade complexa do ponto de vista econômico e

cultural. Assim, o relacionamento entre as gerações assume diferentes formas dentro e fora da família. É preciso quebrar esse silêncio, não mais sublimar uma vida depois dos sessenta.

Entretanto, Oliveira (1999) salienta que a ideia da educação é um processo permanente e que a aprendizagem dura a vida inteira sendo fruto não só da evolução histórica do pensamento sobre a educação, mas também da necessidade de uma educação contínua, que atenda às situações de mudanças e possibilite também a maturação do indivíduo. Seguindo essa afirmativa, todos têm a responsabilidade de participar dessa troca em prol da construção e defesa da democracia, pois só a educação pode ser um instrumento de continuidade da vida social, instrumentalizando os indivíduos para a vivência e atuação em comunidades, oferecendo recursos para a sobrevivência.

Gadotti (1984) entende a educação como um fenômeno dinâmico e permanente como a própria vida, sendo que o educador busca conhecer justamente esse fenômeno para compreender melhor o que faz. Para o autor, a educação, cujo fim é a formação da consciência crítica e a transformação social, constituirá sempre um combate em favor de uma sociedade mais justa, por mais igualdade, por menos seletividade.

A complexidade, flexibilidade, percepção e sensibilidade se fizeram presentes a todo momento no objeto de estudo. As incertezas e dúvidas foram úteis para redefinição e reflexão sobre o que e por qual motivo se pretende analisar determinado grupo e contexto social. Com isso, ratifica-se a credibilidade da pesquisa, ao especificar o campo de atuação, os métodos e os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Foram constituídos desafios e a certeza de que discussões sobre inclusão e diversidade, bem como a valorização do idoso na sociedade por meio de sua inserção em espaços de educação e de lazer, precisam se dialogadas, existir no sentido de proporcionar um envelhecimento ativo e independente.

Para analisar como as políticas públicas possibilitam o acesso do idoso ao contexto social, uma vez que ele tem seu próprio ritmo de aprendizagem e suas necessidades, faz-se necessário um novo olhar, globalizado, sobre o processo de envelhecimento e o apoio incondicional da sociedade civil e pública, para a construção de uma nova realidade, sem o receio de erros serem cometidos ou glórias serem adquiridas.

O referencial teórico que sustenta essa reflexão de direito à educação para pessoas jovens e adultas é ratificado nas abordagens de Freire (2010) e Dussel (1995), quando conceituam e tratam acerca das categorias: “Vocação humana em ser mais”, processo de conscientização e “formação integral” na concepção crítico-libertadora”.

Este termo Freire (2010) utiliza como vocação ontológica do ser humano, ou seja, significa para o professor e aluno a necessidade de potencializar a amorosidade como prática educacional. O comprometimento com a essência de cada um.

Dussel (1995) busca enfatizar uma linha fundamentada em um princípio ético material aplicado por meio de um princípio formal/moral. A partir dessas reflexões, o direito à educação se perfila ao pensamento da ética humana, ao reconhecer que todas as pessoas têm direito à vida digna, não aceitando limitações ao viver.

A postura e um pensamento crítico são necessários devido à realidade opressora que se revela de um modo geral entre milhões de mulheres, homens, jovens e idosos, condições produzidas por um sistema político-social desigual que gera exclusão de pessoas, proclama de forma antagônica a condição existencial, negando a dignidade humana.

Para aclarar essa compreensão, o referencial teórico retrata uma perspectiva política, ontológica e pedagógica. A importância da formação integral buscando atender à necessidade de homens e mulheres no sentido de que sejam “mais humanos”. A prática coletiva desempenha papel fundamental, precisa ser a fonte viva da teoria dos projetos pedagógicos, a experiência histórica da própria categoria de educadores e da classe trabalhadora.

É consenso que um dos maiores desafios da educação é desenvolver o respeito à adversidade, elaborando um projeto pedagógico que realmente contemple as diferenças particulares de seus discentes. O direito à inserção social deve ser preservado em todas as situações, para todas as pessoas que compõem a sociedade brasileira.

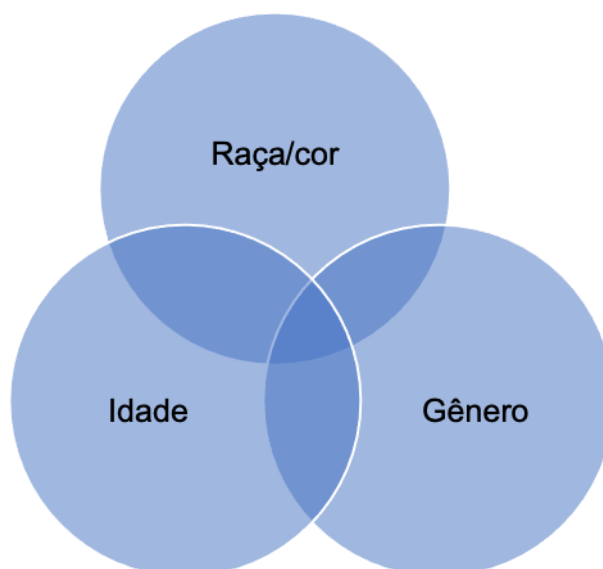
Conscientizar que o envelhecimento é um processo natural, que caracteriza a vida de todas as pessoas e pode ser notado por meio de mudanças físicas, psíquicas e sociais. Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível a resignificação de seu eu” (Castro, 2001, p. 68).

É bom ressaltar que os idosos, ao definirem sua identidade ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscam o

reconhecimento pelo que já desempenharam ao longo de suas trajetórias e do que têm capacidade de desenvolver por conta da vasta experiência. Tal como profere Steglich (1992, p. 61), “a melhor forma de construir a própria personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade”.

Preconceito é um juízo preconcebido, formado a priori, manifesto geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, lugares ou tradições, considerados diferentes ou estranhos, tendo como formas mais comuns a desigualdade e a estrutura social em que se está inserido. A Figura 3 exibe os tipos de discriminação que têm sua origem no preconceito.

Figura 3 - Tipos de preconceitos



Fonte: Elaborado pela própria autora (2023).

Toda a atitude que exclui, separa e inferioriza pessoas tendo como base ideias preconceituosas. É um tipo de violência geralmente praticado contra as classes sociais baixas, população negra, população LGBTQIAPN+, nordestinos, pessoas de outras etnias e religiões, além de demais grupos sociais.

Discriminar alguém é a impedir de exercer seus direitos como ser humano, segregando-a e negando a ela acesso às coisas e situações. Garantir o respeito e defender a dignidade de todos os indivíduos sem fazer distinção é a certeza de que estamos evoluindo, fermentando valores e promovendo definitivamente a inserção social. Toda discriminação surge a partir de um preconceito, podendo ser punido judicialmente.

Figura: 4 – Sou cidadão, tenho direitos



Fonte: Google imagens

A discriminação contra pessoas idosas, ou etarismo, impacta negativamente na qualidade de vida e no bem estar dessas pessoas. Os direitos dos idosos são reconhecidos mundialmente pela Organização das Nações Unidas. Contudo, a efetiva aplicação desses direitos ao redor do mundo ainda está longe do ideal.

O respeito à liberdade e o apreço a tolerância é o grande desafio da Educação no que se refere à diversidade , é construir um currículo com aporte em quatro pilares. Aprender a ser aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos. Admitir que as intervenções dos profissionais da velhice são eficazes, justamente porque adequam o velho às demandas dos papéis sociais que lhes são atribuídos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As transformações mercadológicas advindas do capitalismo: conceitos de velhice e envelhecimento

A conscientização de que o idoso de décadas atrás não é o mesmo de hoje, cria a necessidade de assimilar, digo, constatar que a maioria dos idosos de antigamente possuíam pouco conhecimento científico, ao passo que o idoso do século XXI tem melhor nível de escolaridade. Logo, suas necessidades e anseios são outros e precisam ser implementados.

A temática do envelhecimento e da longevidade humana existe desde os mais remotos períodos da história. Entretanto, nas últimas décadas teve mais destaque devido ao aumento do número de idosos em todo mundo, dado que está presente nos censos demográficos (2019), no que se refere ao envelhecimento populacional.

O Brasil, em decorrência da transição demográfica, está passando por um intenso e rápido processo de envelhecimentos populacional, como mostraram Alves e Cavenaghi (2019, p. 26) em seus estudos:

O envelhecimento deve ser visto como uma etapa do desenvolvimento humano, tal qual a adolescência e a puberdade, etapas reconhecidas pelo outro, pela sociedade, pelo espelho, que mostram as marcas que o tempo faz, processo que ocorre durante o curso de vida do ser humano e que precisa ser valorizada, não sublimada.

Cabe ainda ressaltar que o envelhecimento provoca modificações biológicas, psicológicas e sociais, porém é na velhice que esses processos se evidenciam e caracterizam o processo de desgaste da energia vital ao longo do tempo. De acordo com a Teoria do desengajamento, com o progressivo aumento da idade as pessoas tendem a se desvincular da sociedade, dos contatos sociais, dos contextos de decisões e de algumas tarefas sociais antes tão exigidas (Siqueira, 2002).

Constata-se também que, ao longo de muitos séculos, a velhice foi vista como doença e, conforme registros históricos, estudada somente por pessoas ligadas à área médica. Nos séculos posteriores, pouco foram estudadas (Borges, 2007) as teorias que tentam ainda hoje abrir caminhos para compreender as relações sociais e o engajamento social na velhice. Com isso, a subjetividade figura como indicador, bem

como tende a avaliar a opinião do indivíduo, sendo um bom indicador da qualidade de vida.

Para Lemos *et al.* (2015), no século VI existia a visão da velhice como uma época de interrupção dos trabalhos, surgindo a ideia da criação dos asilos para idosos carentes. Na Idade Média, os velhos eram obrigados a realizar trabalhos humilhantes e degradantes como forma de sobrevivência, época das grandes batalhas.

Ainda conforme Lemos *et al.* (2015), entre os séculos XIV e XV houve uma grande epidemia de peste negra e cólera, levando milhares de jovens à morte, deixando uma população envelhecida, aumentando a valorização dos mais velhos. Todavia, nos séculos XII, XIII, XIV e XV a velhice era relacionada com o declínio do corpo, doenças físicas e mentais (Bertoldo, 2010).

Para Beauvoir (1990, p. 162), “durante os séculos XII e XVII, várias publicações sobre o processo de envelhecimento surgiram, em vários países da Europa, como a França, Alemanha, Itália, Rússia e Áustria, mas sempre voltadas para a área médica”.

Apesar da extensa abordagem na mídia, no meio acadêmico e na literatura científica sobre envelhecer, ainda não existe um consenso para definição de envelhecimento, como destaca o Quadro 2. É fato que o envelhecimento e a experiência da velhice se constroem com a percepção dos próprios idosos, protagonistas de intervenções e providos de julgamentos, crenças e diferentes visões.

Neri e Freire (2000) especificam que múltiplas palavras designam a velhice, terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso velho, maturidade, idade maior. Desse modo, a imagem que se tem da velhice transpassa fontes históricas, varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar. Não existe uma concepção única ou definitiva, mas sim incertezas variadas surgidas por meio da história.

Ao dissertar sobre o conceito do envelhecimento, faz-se necessário incluir a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos, valores, preconceitos e símbolos que atravessam a história das sociedades, por ser um processo contínuo. Rodrigues e Soares (2006), buscando promover um olhar normal e produtivo para essa fase, destacaram ser necessário entender que o processo de envelhecimento pode vir carregado de perdas e ganhos, devendo-se realçar menos as perdas, para que os ganhos evidenciem um novo sentido nesta nova etapa da vida.

Essas representações merecem ser reconhecidas para embasar as práticas realizadas com pessoas idosas, seja no campo da medicina, da psicologia ou da

educação. Vale dizer que, entre profissionais e pesquisadores em gerontologia, há o desafio de mapear as trajetórias dos conceitos de envelhecimento e velhice, assim como os fatores envolvidos no bem-estar desse público (Glass, 2003).

Pensar o processo de envelhecimento é acautelar todas as problemáticas sociais que o segmento idoso vem enfrentando na realidade brasileira. A cultura da incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, impondo que toda pessoa que atinge os 60 anos se torna incapaz, principalmente se for proveniente de uma classe social mais baixa.

A sociedade impõe a cultura do “ser pobre e velho”, valorizando o jovem para produzir e consumir segundo os interesses dos detentores dos meios de produção (Jordão Netto, 1997, p. 68).

Segundo Lobato (2004), envelhecer com dignidade não é uma responsabilidade individual, mas coletiva, já que implica na criação de políticas públicas e na garantia de acesso dos idosos a tais políticas. Para a autora, a velhice, assim como as outras idades da vida, não se dá de forma igual para todos de uma mesma sociedade, uma vez que é determinada por um conjunto de fatores como a classe social a que o indivíduo pertence, questões de gênero, raça e etnia.

Ainda no terreno do envelhecimento, o médico Dráuzio Varella (2012, p.1) frisa que “[...] a perda progressiva da memória associada ao passar do tempo é característica comum a um conjunto de patologias que a medicina classifica como demências, das quais a doença de Alzheimer é a mais comum”, embora, para este autor, seja impossível ter certeza de que, por meio de estímulos intelectuais e de atividades físicas, será possível preservar, na idade avançada, a experiência e as habilidades cognitivas acumuladas com tanto esforço no decorrer da vida. Vale a pena acreditar nesta ideia.

É imprescindível que o idoso aceite sua condição de sujeito da terceira idade, só assim ocorrerá a superação dos preconceitos. Surgirá a construção de uma nova cultura da velhice para a população em geral. Está é uma etapa da vida que envolve uma diversidade de sentidos e significados culturais, decorrentes das particularidades dos contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos. As alterações ocorridas no envelhecimento se acentuam, sendo a velhice, portanto, o resultado e o prolongamento do envelhecimento (Jordao Netto, 2007).

O envelhecimento foi inicialmente observado por meio de estudos biológicos e fisiológicos, sendo associado à degeneração do corpo. Uchôa *et al.* (2002) proferem

que apenas na contemporaneidade esse olhar sobre a velhice como um fato biológico perde a força, estando a velhice e o envelhecimento a constituir objetos de estudo da antropologia.

Ainda é preciso ver o processo de envelhecimento como uma fase normal e produtiva do ser humano, resultado de uma construção sócio-histórica, experiências vividas pelo indivíduo durante toda a sua vida. As definições e, conseqüentemente, a evolução/transformação do conceito de envelhecimento retratam a existência de poucas variações conceituais, a complexidade do tema e o quanto ainda se necessita aprofundar em sua análise, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Definições sobre o envelhecimento

Definições de envelhecimento ao longo do tempo (1959-2008)		
ANO	AUTOR	CONCEITO DE ENVELHECIMENTO
1959	Woltereck	[...] Todas as transformações que ocorrem em todos os organismos no curso do seu desenvolvimento normal e nas diferentes formas de atividades que o acompanham. [...] o termo envelhecimento abrange toda a vida, desde o nascimento até a morte, é usado para descrever uma sequência cronológica ou um período definido (Woltereck, 1959, p. 5).
1975	Amâncio; Cavalcanti	“O envelhecimento representa uma etapa do desenvolvimento individual, cuja característica principal é a acentuada perda da capacidade de adaptação” (Amâncio; Cavalcanti, 1975, p. 1).
1989	Magalhães	“Em cada sociedade e na mesma sociedade, em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidades, papéis e significados distintos em função do meio ser rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional e de parentesco, da cultura, da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte” (Magalhães, 1989, p. 13).
1995	Fraiman	“O envelhecer não é somente um ‘momento’ na vida de um indivíduo, mas um ‘processo’ extremamente complexo e pouco conhecido, com implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele” (Fraiman, 1995, p. 19).
1996	Bobbio	“O envelhecimento é um fenômeno natural, complexo, pluridimensional, revestido por perdas e aquisições individuais e coletivas. A velhice, última etapa desse processo, não é uma cisão em relação à vida precedente, mas uma continuação da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras” (Bobbio, 1996, p. 25).
1996	Hayflick	“O envelhecimento não é a simples passagem do tempo, mas as manifestações biológicas que ocorrem no organismo durante o transcorrer deste espaço temporal”. O envelhecimento cronológico é apenas uma convenção, não existindo nenhuma influência do tempo sobre o organismo (Hayflick, 1996, p. 4).
1997	Brêtas	“O envelhecimento é um fenômeno natural, com início no período da fecundação e término com a morte. O processo de envelhecimento é entendido como o processo de vida, que contém a fase da velhice, mas não se esgota nela. [...] “O processo de envelhecimento contém a fase da velhice,

		mas não somente ela, visto que a qualidade de vida e o próprio processo de envelhecimento se encontra ligado aos fatores sociais e econômicos" (Brêtas, 2006).
1998	Langevin	O envelhecimento é "uma construção feita de passagens obrigatórias, que delimitam e orientam a dinâmica do processo" (Langevin, 1998. p. 14).
1998	Costa	"Envelhecimento: processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte [...] é o processo constante de transformação" (Costa, 1998, p. 26).
1999	Neri; Cachione	"O modo de envelhecer depende de como o curso de vida de cada pessoa, grupo etário e geração é estruturado pela influência constante e interativa de suas circunstâncias histórico-culturais, da incidência de diferentes patologias durante o processo de desenvolvimento e envelhecimento, de fatores genéticos e do ambiente ecológico" (Neri; Cachioni, 1999, p. 121).
1999	Erinda	O envelhecimento se configura como um "processo de diminuição orgânica e funcional, não decorrente de doença, acontecendo inevitavelmente com o passar do tempo" (Erinda, 1999, p. 43).
2001	Birren; Schaie; Schroots (1996 apud Neri, 2001)	O envelhecimento é "um fenômeno universal, que atinge a todos os seres humanos pos-reprodutivos, por força de mecanismos genéticos típicos da espécie. É progressivo, ou seja, afeta gradual ou cumulativamente todo o organismo, sendo, portanto, um processo fisiológico" (Neri, 2001, p. 32).
2002	Papaléo Netto	"[...] O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência.
2002	Uchôa et al.	"Envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia esta fase da vida de forma diferente, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais relacionados à vida dela: classe social, gênero, etnia" (Uchôa et al., 2002, p. 14).
2004	Coll et al.	O envelhecimento "caracteriza-se pelas mudanças morfológicas e funcionais resultantes das transformações a que o organismo se submete ao longo da vida" (Coll et al., 2004, p. 372).
2004	Brito; Litvoc	"O envelhecimento é um fenômeno que atinge todos os seres humanos, sendo caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligados intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais" (Brito; Litvoc, 2004, p. 82).
2005	Kertzman	O envelhecimento é um processo que inscreve na temporalidade do indivíduo, do início ao fim da vida, processo este composto por perdas e ganhos [...]" (Kertzman, 2005, p. 34).
2005	Argimon; Stein	"O envelhecimento é um processo em que, para cada pessoa, as mudanças físicas, comportamentais e sociais desenvolvem-se em ritmos diferentes, sendo a idade cronológica apenas um dos aspectos, entre outros, que podem ou não afetar o bem-estar do idoso" (Argimon; Stein, 2005, p. 71).
2007	Souza et al.	Conceitua o envelhecimento como "Um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por levá-lo à morte" (Souza et al., 2007, p. 12).

2007	Salgado	O envelhecimento é “um processo multidimensional que resulta da interação de fatores biológicos, psicoemocionais e socioculturais. Executando a razão biológica que tem caráter processual e universal, os demais fatores são composições individuais e sociais, resultado de visões e oportunidades que cada sociedade atribui aos seus idosos”.
		“O envelhecimento também pode ser uma consequência da nossa sociedade, e que, além dos fatores biológico, cronológico e psicológico, o meio e as condições em que se vive influenciam no processo de envelhecimento e na forma com que se chega à velhice. Assim, o processo de envelhecimento é influenciado também pela sociedade e pelo indivíduo” (Salgado, 2007, p. 68).
2008	Duarte	O envelhecimento é um processo natural de todo o ser humano, e apresenta as seguintes características: “[...] é universal, por ser natural, não depende da vontade do indivíduo, todo ser nasce, desenvolve-se, cresce, envelhece e morre. É irreversível, apesar de todo o avanço da medicina [...] nada impede o inevitável fenômeno, nem o faz reverter” (Duarte, 2008).
2008	Schneider; Irigaray	“O envelhecimento possui determinantes intrínsecos e extrínsecos, apresentando uma complexidade de variáveis relacionadas aos aspectos biológicos, psicológicos, intelectuais, sociais, econômicos e funcionais. Não é algo determinado pela idade cronológica, mas é consequência das experiências passadas, da forma como se vive e se administra a própria vida no presente e de expectativas futuras. É uma integração entre as vivências pessoais e o contexto social e cultural em determinada época” (Schneider; Irigaray, 2008, p. 586).
2008	Araldi	“Para entender o processo de envelhecimento é necessário ter uma compreensão da totalidade e da complexidade do ser humano, pois cada aspecto seja biológico, cultural ou social não estão desconectados.

Fonte: Dardengo e Mafra (2007).

Com base nos autores citados no Quadro 1, nota-se que existem poucas variações conceituais sobre o processo de envelhecer. Constata-se que o envelhecimento é um fator biológico, natural da vida. Para compreender o processo de envelhecimento, faz-se necessário aprimorar ou simplesmente encontrar um sentido para sua vida.

A imagem que se tem da velhice e do envelhecimento, por meio de fontes históricas, varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar. Esta noção reafirma que não existe uma concepção única ou definitiva da velhice, mas sim concepções incertas, opostas e variadas a partir da história.

As oportunidades que surgem ou criamos durante nossa vida nos ajudam a formar ideias e aceitar com mais clareza os acontecimentos naturais. Sendo assim, Albom (1998, p. 117) menciona que:

À medida que se cresce aprende-se mais. Se ficássemos parados nos vinte e dois anos, ficaríamos sempre ignorantes como quando tínhamos vinte e

dois anos. Envelhecer não é só decair fisicamente. É crescer. É mais do que fato negativo de que se vai morrer, é também o fato positivo de que se compreende que se vai morrer e que se pode viver melhor por causa disso.

O importante é, sem dúvida, ter consciência de que há muito para se fazer. As definições de velhice se apresentam como resultantes da diversidade de enfoques existentes, tornando-se indispensável a abordagem de múltiplos e diferentes critérios que incidem sobre a caracterização do que é a velhice.

2.2 E o que é a velhice?

Definir velhice parece simples, porém, ao buscar conceituar, verifica-se que este tema é complexo, à medida que envolve várias dimensões da vida, tendo a observância de que existem diferentes formas de entender e definir a velhice. A organização Mundial da Saúde - OMS (2005) tem uma definição baseada na idade cronológica, sendo que a velhice tem início aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento.

Debert (1998) e Bosi (1994) definiram o termo “velhice” como sendo a última etapa do ciclo da vida, independente de condições de saúde, hábitos de vida, podendo ser acompanhada de perdas psicomotoras, sociais e culturais. Já Guimarães (1997) e Messy (1999) descreveram a velhice como sendo uma experiência subjetiva e cronológica, associada às perdas decorrentes da trajetória individual, da forma de vida, da genética, de eventos biológicos e psicológicos, sociais e culturais, não sendo a velhice sinônimo de doença.

Entretanto, Menezes (1999) em sua definição afere que a sociedade ainda enaltece as perdas fortalecendo comportamentos e posturas que qualificam a velhice como sinônimo de pobreza, incapacidade e doença. O autor ainda reforça que:

A questão básica e prioritária é perceber a velhice como uma etapa final natural da existência e, o velho, o protagonista principal, não necessariamente como coitado, um miserável, gerando sentimento de pena e de paternalismo por parte das pessoas. Não se trata também de supervalorizar e louvar o velho e a velhice, trata-se apenas, da sensibilidade de uma sociedade de uma ética de solidariedade em reconhecer que os valores singulares humanos não se encontram na potência, no vigor e na beleza física, mas sim, na dignidade humana (Menezes, 1999, p. 273).

Neri e Freire (2000) ponderam a velhice como um fenômeno relacionado ao desgaste do organismo em relação aos aspectos socioculturais. No entanto, entende-

se a velhice como um conjunto de fatores dinâmicos, em constante mudanças, visto sobre um contexto histórico e cultural ligado a fatores psicológicos, genéticos, emocionais e sociais.

Vieira (1996) e Lopes (2000) definem a velhice como um processo “dinâmico e progressivo”, no qual ocorrem modificações que determinam a perda progressiva das capacidades de adaptação ao meio ambiente, acarretando mais vulnerabilidade e mais incidência de doenças.

Não existem detalhes suficientes para definir todos os aspectos que envolvem a velhice, o que só contribui com a disseminação dos preconceitos já enraizados. De Masi (Quadro 2 - 2000) afirma que a velhice envolve os últimos dois ou três anos que antecederem a morte, sendo marcados por inabilidades físicas e psíquicas.

Destaca-se que sua conceituação, reflexão e interpretação não condizem com a realidade. A velhice, embora marcada por alterações físicas, deve ser considerada e qualificada por meio de fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos dentre outros. Pode-se dizer que a velhice é uma construção social, nunca um antecessor da morte. Uma velhice satisfatória resulta da interação entre pessoas vivendo em sociedade e de suas relações com essa comunidade.

Entender que tal perspectiva limita a defesa dos direitos e se constitui como um dos principais fatores de exclusão social, ajuda a superar preconceitos e estereótipos em relação à competência e produtividade dos idosos. É preciso ver e entender a velhice como uma fase normal e produtiva de todo ser humano.

Percebe-se que a velhice é apenas um momento específico dentro do processo de envelhecimento, além de ser uma construção social, uma produção histórica, assim como os outros tempos da vida, como infância, adolescência etc.

Beauvoir (1970) caracterizou a velhice como uma instituição social, e não somente como uma condição biológica, situando a velhice a partir da história nas diversas sociedades e culturas. Em 1990, estudando ainda esse processo, ponderou que a velhice varia conforme épocas e lugares, entendendo que esse fenômeno precisava ser visto em sua totalidade, respeitando seus aspectos biopsicossociais.

Tem-se que o conceito de velhice é complexo, ligado ao tempo cronológico de vida, às alterações físicas e psicológicas que os indivíduos adquirem ao longo de toda a sua existência. Em nossa sociedade contemporânea, vive-se o desejo de almejar uma vida mais longa ao mesmo tempo em que são recusadas as marcas do envelhecimento e da velhice (Bosi,1994).

A partir dos vários conceitos relacionados, Dias (1998) destaca algumas distinções em torno dessas concepções, visto que o envelhecimento é percebido como processo, ao passo que a velhice é uma fase da vida, sendo o idoso o sujeito social que vivencia esse ciclo. A velhice não é um fato estático, mas sim o resultado e o prolongamento de um processo.

O processo de envelhecimento, nesta perspectiva, está relacionado com uma ideia de mudança, de um sujeito que está a envelhecer. Para Beauvoir (1970, p. 17), “mudar é a lei da vida” caracteriza o envelhecimento, pois a vida é um sistema instável no qual cada instante é perdido e reconquistado.

Evidencia-se a necessidade de abrir caminhos para compreender as relações sociais e o engajamento social na velhice. Perpetra-se necessário imperar o respeito para com todos, entender a velhice como sendo um conjunto de fatores psicológicos, genéticos, emocionais e sociais ativos e em constante mudança.

O grande desafio da educação é entender que a diversidade auxilia o entendimento das múltiplas culturas, dos vínculos sociais que são construídos e, por meio dela, as heranças culturais presentes em nossa realidade poderão se modificar no pensamento da nossa população. Vieira Pinto (1989, p. 29) ressalta que “[...] a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Todas as manifestações da vida social devem ser compreendidas em conjunto, como uma totalidade, desempenhando papel determinante.

2.3 A velhice não é um caso só de velhos, mas de todos

Dentre as políticas públicas voltadas para o idoso, destacam-se a Constituição Federal de 1988, que traz a garantia de direitos fundamentais para todos os cidadãos, a Política Nacional do Idoso (Lei 8842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10741/2003). As duas legislações especificam para o idoso a garantia de direitos como saúde, trabalho, previdência, assistência, cultural, lazer e educação. Mesmo que o Estatuto do Idoso garanta às pessoas idosas direitos, no dia a dia eles nem sempre são respeitados, além de serem pouco difundidos, sendo desconhecidos por muitos, imperando sempre o descumprimento da lei. No entanto, o aumento da população com mais de 60 anos, em decorrência de vários fatores, entre eles a queda da taxa de natalidade, chamou a atenção do poder público e da sociedade em geral.

O Brasil, que estava no auge do jovencentrismo, em que a mocidade é que importava, o jovem é que aparecia na TV, se deu conta que estava envelhecendo, que as pessoas estavam se aposentando cedo e com grande expectativa de vida pela frente. Então, começaram a surgir projetos voltados para pessoas nessa faixa etária (Castro, 2001).

Diante da nova realidade de um país com um grande contingente de pessoas aposentadas e com considerável expectativa de vida, instituições começam a ofertar atividades para esse público, tais como: UNATI, SESI, SESC, SENAC, SBGG. Para Castro (2001, p. 68), foi o que trouxe ganhos para ambas as partes. “O aposentado tira lições da sociedade. Porque não é só a pessoa que envelhece, a sociedade também envelhece. E a sociedade ganha porque há muita gente nessa faixa etária envolvida com trabalho social voluntário”. É preciso se autodescobrir, e essas redescobertas trazem principalmente uma melhor atenção em relação à saúde e uma melhor interação com os jovens.

Deve-se levar em conta a importância de um processo formativo que possa vir a dar aos idosos as condições necessárias para analisar o contexto em que estão inseridos e discernir sobre os processos de alienação e exclusão aos quais estão submetidos também. Sobre exclusão, Martins (1997, p. 18) define:

A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação de emprego, privação de bem-estar, privação de direito, privação de liberdade, privação de esperança.

Ao serem excluídos de seus direitos, estão também sendo excluídos de uma efetiva participação social, de conhecer de formas mais amplas seus direitos como cidadãos e lutar por estes; perdendo também o direito de sonhar e de usufruir de uma melhor qualidade de vida, de fazer jus e perpetuar sua cultura.

Para conhecer uma cultura é preciso observar seus valores, práticas e respeitá-las. Em uma sociedade complexa do ponto de vista econômico e cultural como a nossa, o relacionamento entre as gerações assume diferentes formas dentro e fora da família, e esses precisam ser analisados e respeitados, bem como valorizados para melhor inserção nesses espaços. É preciso que respostas coletivas sejam implementadas para que todos possam usufruir da senioridade de forma digna e com segurança.

Nascemos, crescemos, desenvolvemos, evoluímos, dividimos conhecimentos e depois envelhecemos, um envelhecer que sonha com os que estão chegando, reacendendo novos desejos, mas não se submetendo, em trânsito. É preciso reconhecer que esse processo é gradativo, não se inicia em uma idade específica, às vezes chega de forma inesperada. Com isso, percebe-se certa negação em relação ao envelhecer, mesmo não sendo este um fato com o qual se deva ter preocupação.

O silêncio forçado aos velhos pelos valores cultuados por uma sociedade que tem muita pressa faz da velhice uma fase difícil. O fenômeno da longevidade contemporânea não vislumbra a velhice como sinônimo de morte, sim com a perspectiva de existência que a maioria ignora, buscando a sua não exclusão do contexto social.

Por outro lado, é importante salientar o quanto o Estado neste sentido corrobora com essa exclusão, na ineficiência e o descaso com que trata seus idosos. A população idosa está crescendo rapidamente e este fato implica a demanda de mais recursos para esse segmento, sendo dever do Estado assegurar condições mínimas de sobrevivência a esta população.

A aposentadoria é um marco social que assegura um direito, associado à ideia de incapacidade, como afirma Jordão Neto (1997, p. 65). Outro exemplo constatado em diversos setores de nossa sociedade como marcante, é o atendimento ao idoso na saúde pública, com filas enormes a espera de consulta ou exames. Muitos chegam a implorar atendimento nos corredores dos hospitais, internados em macas ou cadeiras.

Outro exemplo claro encontra-se na fiscalização dos Instituto de Longa Permanência para Idosos (ILPI), instituição destinada a prestar serviço residencial coletivo para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar os mantendo em condições de liberdade e autonomia, mas em sua grande maioria apresentam números de leitos fora das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dados constatados e divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou abrigando pacientes que menos precisam.

Outro descaso marcante é observado quando se aposentam, pois muitos não conseguem viver com o que a eles é estabelecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Outros exemplos poderiam aqui ainda ser citados como o descaso quanto à moradia, a falta de fiscalização no valor dado à medicação própria para o

idoso, mas o Estado precisa reconhecer a responsabilidade compartilhada que precisa existir entre família, sociedade e Estado no cuidado ao idoso.

Ademais, é urgente na atual conjuntura uma política educacional que contemple a educação do idoso e tenha definido em suas diretrizes conteúdos que inclua essa categoria, investindo na formação de profissionais que possam atuar em contextos educacionais (formais e não-formais) com idosos, buscando a contribuição da gerontagogia, alicerçada nos princípios do diálogo e nas relações principalmente na educação de jovens, adultos e idosos.

O poder público precisa sair da simples condição de fomentador desse serviço para condição de fornecedor, principalmente para os mais necessitados. A educação para o idoso ocupa um importante espaço no processo de emancipação e não exclusão deste sujeito.

A cultura da incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice e, ao ter como princípio norteador a educação permanente que ocorre em todas as etapas de vida, é necessário que o idoso também aceite sua condição como sujeito da terceira idade, tornando-se sujeito de suas utopias.

A convivência pacífica entre todos os seres humanos será possível quando as diferenças forem respeitadas conforme o proposto pela Declaração Universal do Direitos Humanos aprovada pela ONU em 1948 que em seu artigo 2º destaca: “não deve haver, em momento nenhum, discriminação por raça, gênero, idioma, nacionalidade, opinião ou qualquer outro motivo”.

Já a LDB nº9394 menciona em seu artigo 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil,1996).

É consenso que um dos grandes desafios da Educação é desenvolver o respeito à diversidade construindo um projeto pedagógico que contemple as diferenças particulares de seus discentes. Dentre as ações educativas para a terceira idade, pode-se também destacar as propostas pelas Universidades Abertas para a Terceira Idade UNATIs, UATIs, UNTI, e outras nomenclaturas que têm seus objetivos, de acordo com os fóruns mundiais organizados pela UNESCO, ONU e a legislação brasileira com diretrizes voltadas às necessidades do idoso.

As universidades abertas para terceira idade, fundamentam-se na concepção de educação permanente da autorrealização do idoso. Estruturadas em uma abordagem multidisciplinar, prioriza o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente as adversidades do idoso nos diversos aspectos (biológicos, psicológicos, filosóficos, políticos econômico e sociocultural). Atuam no processo formativo do idoso, tendo caráter político, social e educacional.

Preocupam-se em proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, tornando-os mais ativo, participativos e integrado a sociedade visando, além da valorização dessa faixa etária, mais conscientização do idoso na sociedade, pensando e construindo de forma integral a felicidade humana, negada ao longo de sua vida.

Estas ações, mais que respostas às prescrições legais, como a do Estatuto do Idoso, artigo 25, correspondem a atuação voltada à emancipação do idoso. Seus processos educativos contribuem não apenas com a aquisição de conhecimentos, possibilitam um olhar frente à totalidade, visando à formação do homem, buscando a superação da fragmentação.

A Universidade Aberta para Terceira Idade é uma opção possível de educação para os idosos, pois proporciona um espaço socializador, interativo e exclusivo para esse grupo. Nesse entorno, encontram-se indivíduos com os mesmos interesses, necessidades, carências etc. São incluídas necessidades compartilhadas e vivenciadas por meio de práticas educativas que buscam atender e preencher as lacunas que, por vezes, nesse momento da vida, se encontram em aberto.

Para Gadotti (2005, p. 2), “[...] a educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades”. A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Freire (1979) em sua obra *Pedagogia do Oprimido* defende que a educação deve promover condições para que o oprimido se liberte. Ele acredita na educação que não seja repetição, mas a que promove a reflexão, estimula o homem a desenvolver sua humanidade, vendo a escola, como o espaço para autonomia de pensamento e, conseqüentemente, de ação.

Para Freire (1979, p. 27), “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”, pois o sujeito é incompleto, e encontra nos processos educacionais pressupostos para

suprir sua constituição pessoal inacabada, independentemente de sua idade ou posição social.

Observa-se que ainda há a tendência de sublimar uma vida depois dos sessenta, não a valorizando e ou excluindo dela a possibilidade de empoderamento. Freire (1979) acredita que uma educação que não seja apenas repetição, mas que promova a reflexão leva o homem à recuperação de sua humanidade. Admite ser necessário tornar a educação acessível às camadas populares. No entanto, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Transformar o mundo e a si mesmo é passar por experiências que determinam seu perfil criador, prescrevendo suas marcas, seu trabalho e da cultura. Ao tentar compreender o que leva pessoas da terceira idade, o idoso, a buscar uma escolarização nesta fase da vida, é importante sem dúvidas rever como o idoso e a velhice estão sendo percebidos e aceitos na sociedade, como presenciamos essas mudanças no espaço político social e em sua própria vida.

Freire (1996) ressalta que a possibilidade de superação se articula em um intuito oriundo da vocação humana que se qualifica pela consciência crítica. Entende que os seres humanos são sujeitos integrais, inconclusos, inacabados, mas, em processos históricos de formação permanente, são mais humanos para a garantia da vida.

Constatar essa preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez, sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade- a de sua humanização (Freire, 2010, p. 32).

O processo de humanização, portanto, é complexo, implica práxis que promove novas ações, reflexões e leva ao reconhecimento da realidade. É um processo desafiador e possível. Libertação conquistada pelos que buscam uma vida mais justa. Tal como já foi exposto, os idosos podem ser vistos como um grupo etário, mas também precisam ser aceitos como indivíduos em condições especiais de vida.

A noção de envelhecimento bem-sucedido é antiga. Em 1997, a fundação Mac Arthur fez um importante estudo sobre o tema, evidenciando a existência de três linhas

importantes para alta qualidade de vida na velhice: comportamentos saudáveis, alto grau de envolvimento com a comunidade, funções físicas e cognitivas altas.

Todavia, diversos conceitos são ainda atribuídos a um envelhecimento bem-sucedido. Quando os próprios idosos evocam esse conceito, geralmente o fazem utilizando a busca pela independência, **espiritualidade**, **conforto**, enfrentamento, relacionamentos significativos e contribuições à sociedade (Aronson, 2021, grifo nosso).

Além disso, focando corpo, psique e experiência de vida. Uma vida ideal em qualquer idade deveria incluir todas essas peculiaridades (Aronson, 2021, p. 260, grifo nosso).

A realidade retratada por Aronson (2021) ainda parece distante, pois muitos idosos vivenciam situações de descaso, desprezo, o que resulta em situações de violência ou de exclusão desse segmento da sociedade, fazendo com que se enxerguem como improdutivos, com autoestima baixa, alienados de seus direitos.

Para o IBGE (2010), os idosos farão parte de um grupo maior que o de crianças e jovens com até 29 anos já em 2030. Com essa nova configuração demográfica, há que se promover um novo olhar sobre o envelhecimento e velhice, modificando as relações deste extrato populacional.

É necessário também que a família entenda melhor a questão do envelhecer com autonomia e independência e comece a construir o processo de envelhecer de maneira saudável. O respeito e empatia são necessários para o combate da exclusão social que vivenciam a cada dia.

2.4 O idoso e as múltiplas exclusões

O envelhecimento é um processo natural que caracteriza a vida de todas as pessoas e pode ser notado por meio de mudanças físicas, psíquicas e sociais. No entanto, é com o envelhecer que surgem as limitações, necessidades de cuidado e suporte, dando assim lugar ao estereótipo de que a velhice é sinônimo de incapacidade e dependência, conceitos que precisam ser discutidos, revertidos, enfrentados.

É notório que, em geral, o processo de envelhecer é sempre pensado como uma espécie de degeneração em que a pessoa perde sua condição de ser para figurar como um inválido, envolto em um processo de exclusão. A velhice é socialmente e

culturalmente vista como a caracterização do idoso como sujeito improdutivo, que não apresenta possibilidades de perspectivas futuras. É um grande problema social, sendo vistos como dependentes e descartáveis (Jordão Netto, 1997).

Não se pode esquecer dos casos cada vez mais frequentes de abusos no âmbito familiar, tais como: isolamento familiar, o sustento da família com a aposentadoria tão irrisória, a falta de empatia com os saberes e trajetórias de vida etc. Ser idoso é sofrer abusos e violências físicas, financeiras, psicológicas, nutricionais e sexuais, que violam seus direitos e negligenciam suas necessidades básicas. A OMS destaca que 17,5% da população idosa sofre um tipo de violência a cada segundo.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011) mostraram a tendência de crescimento da procura das Instituições de Longa Permanência para idosos, reforçando ainda que, nos últimos 40 anos, a população brasileira como um todo vai crescer a uma média de apenas 0,3% ao ano, enquanto os idosos crescerão a uma taxa de 3,2%, o que significa 12 vezes mais. A conscientização de que todos chegarão à terceira idade é o primeiro passo para aceitação do idoso na sociedade, pois a falta de valorização das experiências vividas faz com que passem por diversos constrangimentos, visto que costumam ser considerados ineficientes globais de suas condições físicas e psicológicas.

Os sujeitos dessa pesquisa são classificados na sociedade como velhos, idosos, velhotes, pessoas com mais idades ou terceira idade. Diante de tantas terminologias, é necessário verificar o que está implícito nestes termos que, a princípio, se apresentam como sinônimos, que tipos de preconceitos podem carregar, como esses sujeitos sentem essas terminologias e sob que contextos são utilizadas.

Neri e Freire (2003) salientam que a existência de vários termos para designar a velhice provém do preconceito existente. Frisam que se ele não existisse não se teria a necessidade de usar palavras, que essas conotações caracterizam o disfarce das razões para as quais são usadas com significados modificados. Para tanto, completam que

Embora existam muitas variações sociais e individuais no que se refere ao ritmo do envelhecimento, ao significado de velhice aos termos pelos quais são designadas pessoas idosas, em cada época são estabelecidos critérios para agrupar categorias etárias e para demarcar o início da velhice. A sociedade não o faz com base em pura invenção, mas como resposta as mudanças evolutivas compartilhadas pela maioria das pessoas dos vários grupos etários, seja em virtude de determinação biológica, seja em virtude de determinação histórica e social (Neri; Freire, 2003, p.14).

Na estrutura vivida pelo idoso, regida pelo capital, envelhecer não significa colher os frutos do que foi plantado ao longo da vida, mas a concretização de um processo árduo de luta pela sobrevivência que se torna complexo por conta das marcas do tempo trabalhado e da exclusão social.

Para que essa nova realidade ser delineada, faz-se necessário um olhar integrado sobre esse processo em consonância e com o apoio tanto da sociedade civil quanto da sociedade pública. Tal como ressalta Machado (2007, p. 223):

Para os idosos das classes populares o envelhecimento é um processo penoso sob o ponto de vista material, pois, além dos limites e dificuldades próprios desse momento da vida, encontram-se desamparados pela falta de políticas públicas de assistência e proteção social.

A dominação da cultura capitalista, digo, dessa sociedade capitalista de consumo, vem tornando o indivíduo um objeto da indústria cultural, diferentemente do modo como a escola atua para que ele acredite no contrário, sendo visto não só na relação com o trabalho, como também na própria formação a ele imposta.

Os direitos dos idosos são reconhecidos mundialmente pela (ONU). Entretanto, sua legítima atuação ao redor do mundo ainda está longe do ideal. Cerca de 11,6% das pessoas idosas no mundo são vítimas de abuso psicológico, o que afeta diretamente a saúde mental e qualidade de vida, como também 100 são vítimas de abuso sexual. Entre 2015 e 2050, todos os países vão enfrentar desafios para garantir a capacidade dos seus sistemas e de serviços sociais para atender a população idosa.

Estudos indicam que, no mundo, aproximadamente 64,2% dos funcionários de ambientes institucionais de acolhimento e cuidados às pessoas idosas já cometeram alguma forma de abuso contra idosos, enfim, a discriminação contra pessoas idosas, ou etarismo, impacta negativamente na qualidade de vida e no bem-estar dessas pessoas (OMS, 2021).

Essa intolerância, também conhecida como “idadismo” ou “ageísmo”, está enraizada em nossa sociedade, discriminação baseada na idade da pessoa influenciando comportamentos, o desenvolvimento de políticas e pesquisa. Dentre as ações importantes elencadas para combater o idadismo por parte de determinadas áreas, destaca-se um movimento para mudar o discurso em torno da idade e do envelhecimento. Segundo o Relatório Mundial sobre Idadismo, a importância do tema é clara porque o preconceito de idade é difundido em instituições, leis e políticas em

todo o mundo. Isso prejudica a saúde e a dignidade individuais, bem como as economias e sociedades em geral. Nega às pessoas seus direitos humanos e sua capacidade de atingir seu pleno potencial.

Pensar o processo de envelhecimento faz com que nos coloquemos em alerta para todas as problemáticas sociais que o segmento idoso vem enfrentando. A cultura da incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, estando no processo educacional a amenização ou superação dessa exclusão. Observa-se também que a adversidade do envelhecimento é pouco contemplada na Constituição Federal, no art.230, que determina:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Em face aos problemas decorrentes da longevidade, surge a Lei 8.844, de 4 de janeiro de 1994, que implantou a Política Nacional do Idoso e documentos produzidos pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG), bem como contemplou e sugere uma relação de recomendações para essa faixa de idade.

Fernandes (1999, p. 20) profere ser uma “Lei especial que objetiva valorizar a qualidade de vida e a longevidade”. Ao mesmo tempo, recomenda que as pessoas idosas sejam entendidas e que desfrutem de uma vida plena, saudável, segura e satisfatória com suas famílias e na comunidade em que vivem.

O papel da educação nessa realidade é fundamental. Por meio dela, as heranças culturais presentes em nossa realidade poderão modificar o pensamento de nossa população. As alterações culturais só irão ocorrer quando os idosos passarem a recusar a visão pejorativa a eles elencadas e começarem a se mostrar como verdadeiros atores sociais.

O auxílio nesse processo, na compreensão de ideologias e aspectos culturais, conduzirá de forma expressiva a reversão e exclusão dos estereótipos negativos atribuídos aos idosos na sociedade brasileira. Freire (1996, p. 110) mostra que “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Nesse âmbito, é preciso evidenciar o papel democrático que a educação possui e as possibilidades de mudanças que podem ocorrer por seu vetor.

A sociedade está se transformando, mudanças importantes precisam ocorrer na área educativa, nos centros educacionais formais e não formais. O aumento da diversidade de sujeitos que nela se integra constitui um desafio a ser superado. É preciso garantir a conquista de um direito ávido por justiça e reconhecimento.

O Estatuto do Idoso se tornou um mecanismo de defesa para esse segmento. O documento evidencia os direitos que asseguram ao idoso uma total proteção, mas não tem poder de diminuir o preconceito, a discriminação e a estigmatização. A diversidade de interesses, de motivações e de capacidades culturais faz com que seja preciso refletir sobre os espaços educacionais que estão sendo oferecidos, uma vez que precisam ser multiculturais, ricos e integrados em seu trabalho pedagógico.

Tal visão indica como a articulação entre currículo e cultura pode contribuir com as ações pedagógicas que visam à formação de um sujeito capaz de se compreender como sujeito social e, ao mesmo tempo, faz parte de um contexto universal.

Com esse propósito, pode-se chamar um currículo crítico-libertador, aquele produzido na escola, a partir de experiências que se realizam na escola promovendo vivências humanizadoras dos sujeitos.

2.5 As dimensões de um currículo crítico-libertador

Na luta por uma sociedade de iguais, fica nas mãos do educador a formação de um currículo crítico-libertador, tendo como grande desafio a superação das contradições dessa sociedade e reversão de tantos preconceitos. A partir das reflexões e estudo sobre o direito à educação, perfila-se o pensamento da ética humana, quando reconhece que todas as pessoas têm o direito à vida digna, não se aceitando limitações ao viver e, muitas vezes por não saberem como lidar com esse público, repetem práticas pedagógicas que não corroboram com o seu crescimento ou mudança.

Freire é referência obrigatória em estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e em diferentes partes do mundo. Sua experiência profissional com adultos, suas obras são parâmetros e permitem uma reflexão sobre educação como ato político, ou seja, a educação sempre está sendo praticada no sentido de adaptar os sujeitos ao mundo tal como ele ou formá-los para uma relação crítica e transformadora com esse mesmo mundo.

O papel da educação nessa realidade é fundamental, pois é por meio dela que as heranças culturais presentes em nossa realidade poderão se modificar, por meio do trabalho e desempenho incessantemente orquestrado por nossos educadores, ao reconhecer o aluno como sujeito da educação e não como seu objeto. Com isso, ocorre a condução de uma identidade, um reconhecimento de que partilhamos um mundo em comum, cheio de diversidades, exclusivo, capaz de transformar e ser transformado.

Saul (2010) assessorava Paulo Freire, sobretudo quanto aos assuntos curriculares. Sistematizou a concepção sobre o currículo citada por Freire afirmando:

Paulo Freire refere-se a “currículo” como um termo amplo, opondo-se à compreensão restrita e tecnicista desse conceito atribuindo-lhe, portanto, um novo sentido e significado. Currículo é, na acepção freiriana, a política, a teoria a prática do que fazer na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, em uma perspectiva crítico transformadora” (Saul, 2010, p.109).

Refletindo sobre essas considerações, entende-se que um currículo escolar envolve um conjunto de teorias e práticas estabelecidas pelas decisões políticas, pelas estruturas, pela cultura institucional e pelos sujeitos envolvido nesse processo, produzindo aprendizagens, transformando suas visões de mundo e as suas identidades.

Um currículo crítico-libertador é aquele que se produz a partir de todas as experiências que se realizam na escola, e em direção a ela, vivências humanizadas dos sujeitos. Princípios filosóficos, antropológicos, éticas, políticas e epistemológicas precisam sustentar um trabalho educativo que se compromete com o currículo crítico-libertador. O currículo crítico-libertador envolve um paradigma de compreensão e de intervenção na realidade educacional, e para desenvolver um parecer pedagógico, compromissado com uma sociedade marcada pela opressão. Freire determina a diferença que nos distingue de todos os outros seres da natureza ao mencionar em sua obra *Pedagogia da autonomia* que:

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. do inacabado do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser humano ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal

no suporte... No suporte, os comportamentos dos indivíduos têm sua explicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. Falta-lhes liberdade de opção. Por isso, não se fala em ética entre os elefantes (Freire, 2005, p. 50-51).

Por ser capaz de agir de formas diferentes diante de situações diversas, de acordo com sua vontade e interesses, o ser humano torna-se capaz de viver em liberdade e por viver essa liberdade se caracterizam pela eticidade. Buscam fora de si recursos para se manterem vivos, mudam, não são eternos nem inertes.

Para que a educação tenha significado, é necessário que se trabalhe a crítica cultural sobre o currículo das escolas, potencializando as relações sociais dos sujeitos a partir do reconhecimento de seu próprio acervo cultural, construindo valores sociais que respeitem a diversidade de costumes, de crenças, de saberes e de outros elementos que tornem possível o enfrentamento de inúmeras demandas contemporâneas existentes na realidade educacional. “[...] os currículos escolares ou ignoram esses processos ou os reduzem a objetos folclorizados, desfigurados [...]” (Arroyo, 2014, p.104).

Já nas ponderações de Silva (1999), o currículo é sobretudo uma prática produtiva, quando se volta à formação integral das pessoas, reconhece a diversidade e a contradição das relações sociais e culturais, produzindo uma prática de significação emancipadora, promovendo a aceitação das diferentes identidades culturais, favorecendo a interdisciplinaridade, superando o individualismo e trabalhando com a pluralidade.

A partir desses fatores, é possível identificar a maneira pela qual os interesses individuais e coletivos se fazem presentes no interior do currículo, ao configurar e reconfigurar os traços de identidade coexistentes nas diferenciações individuais, pautado na pluralidade cultural existente. Vale salientar que “[...] a identidade, mais do que essencial, é uma relação e um posicionamento [...]” (Silva, 1999, p. 26).

Neste âmbito de aceitação das diferentes identidades culturais existentes, Lopes (2013) assinala que

essa aceitação pode ser concebida em um contexto de conflitos, que exige diálogo e embates entre diferentes grupos sociais para a sua resolução, ou em um contexto de consenso, que ao objetivar supera os conflitos sem confrontação, produz seu mascaramento e, portanto, acaba sendo coercitivo das diferenças e do diverso [...] (Lopes, 2013, p. 63).

A tarefa do educador nessa sociedade é criar condições objetivas que favoreçam não só a aquisição de conhecimento, como também discorrer um olhar frente à totalidade avaliando o processo educativo, recriando e criando subsídios que potencializem a participação e conscientização dos direitos, buscando a superação da fragmentação e emancipação.

A escola precisa conhecer quem é o idoso que frequenta as salas da EJA para que seu rendimento seja qualitativo, não se permitindo considerar jovens e idosos como classes homogêneas, uma vez que cada perfil tem seus objetivos e distinções. As reformulações curriculares ainda não se apresentam reais, delineiam adequações improvisadas.

O profissional docente trabalha com base na sua intuição, pois o aporte teórico-metodológico e os cursos de formação contínua e continuada ainda não expõem critérios reais da educação de jovens, adultos e, principalmente, idosos. É oportuno reconhecer a educação como ponto de partida e chegada, para que haja um pleno desenvolvimento social e valorização ao processo de envelhecimento, o respeito ao idoso, de forma a eliminar o preconceito e imperar a empatia para com todos. Cachioni (2008, p. 92) propõe que:

- 1 Educação para os idosos: programas educacionais voltados a atender às necessidades da população idosa considerando as características desse grupo etário;
- 2 Educação para a população em geral para a velhice e os idosos: programas educacionais que possibilitam à população mais jovem rever seus conceitos sobre velhice e aos idosos rever o seu próprio processo de envelhecimento;
- 3 Formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos; ocorre por meio da capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores.

Reconhecer as especificidades e conhecimentos adquiridos ao longo da vida permite o apreço e desmistificar a relação do idoso com o mercado de trabalho, desde que seu atendimento ultrapasse os limites curriculares. O grande desafio da Educação no que se refere à diversidade é construir um currículo que assegure as diferenças, contemple as particularidades.

O relatório de Jacques Delors (1983) destaca a Educação para o século XXI e os quatros pilares: aprender a ser aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos. Todos eles remetem ao desenvolvimento integral do ser humano, cooperando entre si com características de pertencimento.

Ao analisarmos a maneira como a velhice é vista nas sociedades contemporâneas, constata-se uma realidade permeada por preconceitos e estereótipos. A imagem do velho é depreciada e vinculada à improdutividade, declínio, incapacidade e dependência.

Todas as formas de Ageísmo produzem resultados nocivos ao idoso, refletindo principalmente na qualidade das relações, no autoconceito e na sensação de pertencimento e inserção social. É importante reconhecer que o Ageísmo é um fenômeno partilhado pela sociedade, refletindo nas relações e posicionamento do estrutural do idoso.

O Relatório Global sobre Ageísmo (ou Etarismo, como é o termo mais usado em português) faz parte de uma campanha global para combater o ageísmo, ou seja, o preconceito a idade. Os impactos prejudiciais ao preconceito etário ainda carecem de uma base de conhecimento sólida, de pesquisas dedicadas, informações, dados desagregados e análises sistemáticas de tendências.

O relatório global sobre preconceito de idade preenche essa lacuna e ressalta a necessidade de adotar uma abordagem baseada em direitos com visão de futuro que aborde as estruturas sociais, legislativas e políticas subjacentes que apoiam suposições de longa data sobre “idade “ao longo do curso de vida.

Para o relatório, lidar com o preconceito etário é fundamental para criar um mundo mais igual no qual a dignidade e os direitos de cada ser humano sejam respeitados e protegidos. Isso está no cerne da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o plano mundial acordado para a construção de um futuro de paz e prosperidade para todos em um planeta saudável.

Ademais, o relatório ainda mostra que lidar com o preconceito etário é fundamental para criar um mundo mais igual, no qual a dignidade e os direitos de cada ser humano sejam respeitados e protegidos, com vistas a salvaguardar das pessoas direitos humanos e sua capacidade de atingir seu pleno potencial.

O idoso tem condições de, por meio do processo educativo, socializar, além de fazer a sua inserção em um contexto social maior, ampliando as relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar.

Sofrer preconceito, prejudica a saúde e a dignidade individuais. A busca por um mundo mais igual é o cerne da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O plano mundial acordado para a construção de um futuro de paz e prosperidade para

todos em um planeta saudável teve impacto devastador sobre os idosos durante a pandemia de COVID-19.

Nesse fito, o relatório global vem a completar lacunas sobre o preconceito e a idade, apesar de sua natureza generalizada. Os impactos prejudiciais são muitos e estão além das demandas de caráter exclusivamente transversal adotadas na abordagem das diferentes identidades e trajetórias.

3 EJA: SITUANDO SEU TRAJETO

A EJA vem maximizando o processo de ampliação dos conhecimentos da área da educação que, ao longo da pesquisa, salientará as alterações que vem sofrendo em sua estrutura discente e, portanto, docente. A EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito estabelecidos pela Constituição Federal. Essas políticas são, muitas vezes, resultados de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização que se somam às iniciativas do Estado (Brasil,1996).

Ao esclarecer quais as geratrizes do relevante aumento de idosos nesse processo e como os profissionais devem se preparar para a efetivação de uma educação de qualidade, estando essa pautada sobretudo na construção de valores humanos, que serão a base para inserção desses discentes, acredita-se que muito ainda há que se avançar. A EJA necessita de investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta e a permanência do aluno na escola.

Bacelar (2002) afirma ser a educação o maior instrumento no processo de reformulação das subjetividades, com efeito multiplicativo. Para o idoso, permite a reavaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão. A EJA, com seus paradigmas e direitos, descreve os desafios que enfrentam os que a vivenciam, ao conhecer a realidade concreta dos que se propõem participar de tal projeto.

3.1 Seus paradigmas, desafios e direitos

A EJA é uma modalidade de Ensino Fundamental e Médio que oferece oportunidades aos jovens e adultos para iniciar e ou dar continuidade aos seus estudos. Mostra uma trajetória de desafios, principalmente por ser considerada por alguns uma alternativa para minimizar o problema social no país.

Isso posto, vale salientar que hoje, século XXI, há um crescimento cada vez mais expressivo de pessoas idosas inserindo-se na EJA, visto que.

Com o crescimento do número de idosos anos a ano e a queda nas taxas de nascimento, o Brasil tem hoje cerca de 13,0 milhões de habitantes idosos e a expectativa de vida já alcança o previsto para 2020 por Mascaro (2004, p.10)

atualmente de 72 anos de idade. Estes dados são significativos e apontam para a crescente necessidade de Educação de Jovens e Adultos. EJA se preparar institucionalmente para receber este contingente em sala de aula (Silva; Taam, 2009, p. 3).

A própria realidade brasileira justifica a importância de estudar a EJA em uma forma de compreender e referenciar a representação teórica de uma política pública educacional que busca promover mudanças à medida que oportuniza a formação escolar às pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada.

Compreender a situação da EJA na atualidade pressupõe, então, fazer uma retrospectiva da história da política da educação de jovens e adultos, sobretudo no século XX. Haddad e Pierro (2000) subsidiarão o breve resgate histórico, no qual serão mencionados os acontecimentos mais relevantes da história da EJA. Os referidos autores descrevem essa história em 6 períodos: Colônia e Império, Primeira República; Período Vargas; 1959 a 1964; Período Militar e Período de Redemocratização.

No período colonial, quando identificamos as primeiras ações de educação para jovens e adultos, a intervenção dos religiosos jesuítas foi concentrada em uma educação de cunho missionário voltada, inclusive, para a população adulta, com o objetivo de propagar o evangelho e as normas de comportamento, em um primeiro momento focada nos indígenas e depois nos escravos negros, posteriormente destinadas aos colonizadores e seus filhos (Haddad; Pierro, 2000).

A expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, causou o desmonte do que seria o nosso primeiro sistema de ensino. Somente no período imperial foram reconquistadas as iniciativas para a escolarização de adultos.

Em 1824, após ser promulgada a primeira Constituição Brasileira, surge uma referência legal à educação abrangendo toda a população: “Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (Haddad; Pierro, 2000, p. 109). A menção ao direito à educação independente da faixa etária não se efetivou em ações, mas foi subsídio para difundir esse direito na cultura jurídica brasileira, influenciando na elaboração de Constituições posteriores.

Durante o período imperial, poucas foram as ações na busca por uma escola de qualidade e essas se restringiram ao público infantil. As diferenças sociais entre os que formavam a elite econômica da época e a parcela a quem era negada a cidadania, na qual estavam incluídos os indígenas, os negros e a maioria das mulheres, não

favoreciam a efetivação do que estava previsto no texto legal. “Ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta” (Haddad; Pierro, 2000, p.109).

Em 1891, com a promulgação da Constituição - Primeira República - adveio a descentralização pública do ensino básico, cabendo à união a responsabilidade pelo ensino secundário e superior. Apesar da grande quantidade de reformas educacionais efetivadas nesse período, o acesso à educação continuou restrito. Com base nessa análise, Haddad e Pierro (2000, p.109a) salientam que:

Mais uma vez se garantiu a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas(...) A nova Constituição republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto num momento em que a maioria da população adulta era iletrada.

Para Haddad e Pierro (2000), somente a partir da metade do Século XX as políticas públicas de educação de jovens e adultos adquirem identidade. Com a Revolução de 1930, ocorreu a reformulação do papel do Estado no Brasil, expressada na Constituição de 1934, que provocou mudanças na concepção de educação, tais como: o ensino primário passou a ser oferecido gratuitamente por instituições públicas e a frequência passou a ser obrigatória para aqueles que estivessem em idade escolar; e uma nova leva de profissionais foi preparada para ocupar os postos de trabalho que seriam oferecidos, principalmente, no meio urbano. O sistema público de Ensino começou a ganhar contornos. A educação era um direito de todos e dever do Estado (Friedrich *et al.*, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE) proposto pela nova Constituição determinou claramente o papel da União, dos estados e dos municípios, sendo atribuída à União a responsabilidade pela coordenação e fiscalização do sistema educacional.

No desenrolar desses acontecimentos, no final da década de 1940, a educação de adultos ganhou destaque na política nacional. Diversas ações foram implementadas, como o desafio de ser superado o analfabetismo associado ao atraso do país, pois o Estado assumiu a responsabilidade pela educação dos adultos.

Vale citar a criação do Serviço Nacional da Educação de Adolescentes e Adultos (SNEA), em que foi incluído o ensino supletivo, surgindo também a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e o Serviço de

Educação de Adultos (SEA), destinados a reduzir o analfabetismo das nações em desenvolvimento.

Ainda nesse período surge o serviço especial de Ministério da Educação e Saúde, cuja função era integrar os serviços já existentes, mobilizando também a opinião pública e distribuindo material didático.

Por intermédio das campanhas de alfabetização, surgiram na década de 50 os movimentos em prol da educação de adultos, tais como: CEAA, Campanha Nacional de Educação Rural e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e na década 60 o Movimento da Educação de Base (MEB) (Vieira, 2004).

Convém registrar que o cenário internacional contribuiu com as ações focadas na educação, a ciência, e a Cultura (UNESCO, 1945), que denunciava desigualdades sociais entre países e sinalizava para a relevância da educação no processo de desenvolvimento, influenciou as ações educacionais no Brasil.

Nesse período, aconteceu o I Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1947), o Seminário Internacional de Educação de Adultos, patrocinado pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, a I Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA (1949), na Dinamarca. O eixo central dessa conferência foi o respeito aos direitos humanos e a construção da paz. Ainda em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos delineando em seu artigo 26 a Educação como direito fundamental e universal (Brasil, 2009), estabelecendo que:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Percebe-se que, no final da década de 1950, existia uma preocupação entre os educadores brasileiros em constituir um campo específico para a educação de adultos. Essa preocupação foi explicitada no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro em 1958, sendo tido como um marco na história da EJA.

3.2 EJA: tecendo objetivos, características e desafios

Merecem destaque as propostas delineadas nos seminários preparatórios para esse Congresso, ocorrido em Recife, que buscava uma nova proposta para a educação de adultos, tendo como participante o professor Paulo Freire, ícone dessa proposta pedagógica naquela época, ao destacar que a grande problemática brasileira estava relacionada com as precárias condições de vida da população. Também foi sinalizada a necessidade de uma metodologia específica para a educação de adultos (Haddad; Pierro, 2000, p. 112).

Na concepção de educação defendida por Freire, os conceitos de cultura eram o ponto de partida para a alfabetização. “Até então, o adulto não escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária” (Haddad; Peirro, 2000).

O pensamento pedagógico em destaque foi percebido como educação popular e passou a influenciar as práticas educativas, até os dias de hoje, buscando contribuir com o processo de construção da cidadania. Pontual (2005, p. 73) enfatiza que:

A Educação popular constitui uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-la enquanto sujeitos coletivos, e assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas, tanto para a construção democrática de nossos países, como para o desenvolvimento econômico com justiça social.

A educação como um dos direitos fundamentais requer, com urgência, a reestruturação das políticas educacionais, que idealizam a educação ao longo da vida, propostas também pelas V e VI Confintea e fundamentadas nas concepções da Gerontagogia (educação do idoso), tendo como eixo norteador as diretrizes curriculares da EJA (2000), o Estatuto do idoso (2004), a Declaração de Hamburgo (1987) e o Marco de Ação de Belém (2009), dentre outros amparos legais.

Na V Confintea, a educação foi pensada para além da escolarização, na perspectiva da construção das relações sociais, já que os processos de aprendizagem se dão por toda vida. Também foi reconhecida a quantidade expressiva de jovens na modalidade de educação de adultos. A partir dessa Conferência, a educação de adultos adquiriu identidade como EJA.

Nesse cenário, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do relato de Jamil Cury – Parecer CEB n 11/200, representou um instrumento importante para os educadores, no fortalecimento da EJA. O Parecer definiu as diretrizes nacionais, explicitando o que havia sido reconhecido pela LDB nº9394 – a EJA como categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidade e funções específicas.

O Parecer reforçou o direito público subjetivo dos cidadãos à educação, distinguiu ao EJA da aceleração de estudos, destacou a necessidade de contextualização das metodologias utilizadas, recomendou a formação específica dos educadores e estabeleceu as funções dessa modalidade de ensino: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Reparadora: não representa suprimimento, pois a educação é um direito fundamental e deve ser ofertada como serviço público. A negação desse direito é resultado de uma sociedade desigual.

Equalizadora: considerando a igualdade de oportunidades, para o acesso e a permanência, nessa função está a base para a reentrada no sistema educacional dos trabalhadores e outros segmentos sociais.

Qualificadora: consiste em propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida, o direito a uma educação permanente e não apenas ao processo inicial de alfabetização ou a mera qualificação profissional, ainda que ela possa ocorrer num processo.

O conteúdo do Parecer não enfatiza a questão de classe social, colocada no centro das discussões pelos que apregoavam a educação popular, mas representa um avanço diante da limitação posta pelo espaço reduzido para a EJA na LDBEN.

Reconhecer que ainda no século XXI milhões de brasileiros não têm usufruído do direito à educação, direito que foi estabelecido pela primeira vez na constituição de 1934. Tomando ainda o fato de que, para a ocorrência de mudanças, é de suma importância não só garantir a todos os idosos o acesso à educação ao longo da vida, como também o domínio das novas tecnologias e a participação perante a outras gerações, na produção de bens e cultura.

A EJA surge como uma medida balsâmica para essa população que necessita retornar à escola com vista ao mercado de trabalho. No entanto, um novo perfil de alunos adentra essa modalidade de ensino. Entre eles, temos o idoso que vem retornando à escola também com a vontade de aprender o que não foi oportunizado

quando mais jovem, por conta de todas as privações que sofreram e os levaram à condição de excluídos, concluindo o autor que:

[...] uma dívida social não reparadora para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...]. (Brasil, 2000, p. 5).

Percebe-se que, além de ser uma política educacional, a EJA é principalmente uma política social, tentando afastar-se da ideia de compensação e assumindo a reparação, equidade, aprendizagem e qualificação permanentes não de caráter suplementar, mas fundamental

Nesse movimento, a função reparadora na EJA significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica a todo e a qualquer ser humano negada, e evidente na história brasileira. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimimento. Como retrata o Parecer CNE/CEB nº4/98:

Nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história.

A função reparadora deve ser vista como uma oportunidade concreta, uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se almeja uma efetiva atuação das políticas sociais.

A função equalizadora na EJA busca garantir aos trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais a reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência, evasão, ou pelas desiguais oportunidades de permanência ou condições adversas; devendo ser vista como uma recuperação corretiva, ainda que tardia. A EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio. De acordo com Gadotti e Romão (2007), o conceito EJA vem sendo modificado no decorrer da história da Educação do nosso país. Suas definições vêm mudando a partir do conceito histórico da época, favorecendo o campo da luta política pela educação continuada.

Em julho de 1997, em Hamburgo, a V Confinteia entendeu a Educação de Adultos como um direito de todos e evidenciou a importância de considerar diferentes

necessidades e especificidades dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino, o que foi aprovado. Essa declaração salientou a importância da diversidade cultural. Sendo assim, a EJA

[...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade (Confinteia, 1997).

O direito à educação para toda vida, também debatido nos fóruns, na V e VI Confinteia, aponta como base os pilares da educação, aprender a conhecer, a fazer, a ser e conviver; direitos que contemplam aos idosos e ampliam os discursões sobre a modalidade EJA.

O Parecer CNE/CEB 11/2000 – homologado pelo Ministro da Educação em 07 de julho de 2000 – instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, normatizando a educação de pessoas jovens e adultas em todas as suas modalidades. O Parecer reconhece os avanços das políticas públicas em garantir a universalização da Educação e, ao mesmo tempo considera que condições históricas-sociais comprometem o empenho dos poderes públicos em assegurar uma educação básica para todos.

Já o Estatuto do idoso surge a partir da Lei nº 10741 de 01/10/2003, que estabelece alguns direitos a esse sujeito, dispõe e dá algumas providências. Já em seu primeiro artigo esclarece que idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Em seus artigos subsequentes, estabelece não ser apenas obrigação dos familiares assistirem o idoso, mas sim da sociedade em geral (pessoas físicas e jurídicas), além do poder público (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Outras prioridades também são estabelecidas em seus diversos artigos, como também as devidas punições para o seu não cumprimento, determinando ser dever de todos coibir a violação desses direitos. Entretanto, a garantia do direito fundamental à educação, previsto constitucionalmente, permanece como um desafio na atualidade.

O crescimento da população idosa é constante em nosso país, sendo visto como um fator negativo em torno do mercado de trabalho, à medida que essa inclusão é tomada apenas como um cumprimento legal, não valorizando o conhecimento e sua experiência.

Para tanto, a qualidade e as condições ofertadas desconhecem ou descaracterizam as especificidades desses sujeitos. É preciso apostar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. Hoje, não enxergamos uma igualdade de condições de acesso e permanência a elas, o que não dá garantia de equidade, já que a igualdade é impossível na lógica do capital.

A escola, apesar de ser uma instituição do capital desde sua criação, hoje, mais que nunca, não se adapta às mudanças vigentes. As regras para as relações sociais são estabelecidas pelo mundo do consumo e a instituição escolar não acompanha essas transformações exigidas fora dos muros da escola. Em uma perspectiva atualizada dessa realidade, Bauman (2010, p.47) enfatiza que:

Em nosso mundo volátil, de mudanças instantâneas e erráticas, os hábitos consolidados, os esquemas cognitivos sólidos e as preferências por valores estáveis – objetivos últimos da educação ortodoxa – transformam-se em desvantagens. Pelo menos, este é o papel que lhes oferece o mercado do conhecimento, que (como qualquer mercado em relação a qualquer mercadoria) odeia a fidelidade, os laços indestrutíveis e os compromissos a longo prazo, considerados obstáculos que atravancam o caminho e precisam ser removidos.

Os desafios da EJA são muitos. A presença de idosos entre estudantes do segundo segmento e Ensino Fundamental faz questionar o que reincorpora e os levariam a frequentar tal diversidade, o que se partilha nessa vivência tão diferente?

A educação continuada realmente instrumentaliza a velhice para os tempos contemporâneos. Ao fazer remissão a uma trajetória histórica dessa modalidade, constatamos poucos avanços no sentido de ampliação quanto ao seu acesso, ineficiência, exclusão e desigualdade em seu sistema educacional.

Entre tantos obstáculos, tais como ausência de materiais didáticos específicos, formação de professores, evasão, queda de matrícula, a falta de práticas e atividades que corroboram com o intercâmbio de conhecimentos entre jovens e velhos, refletir sobre a posição do idoso nessa amplitude é inevitável. Postulamos que uma escola voltada para esse público precisa proporcionar a importância de sua existência e contribuir para que espaços de fala existam. Com as colaborações necessárias estará a EJA, que irá reincorporar ou oportunizar aos sujeitos a inserção social, acolhendo e valorizando cada um dos envolvidos em tal processo.

Ao lançar o olhar sobre os idosos e o projeto EJA, tem-se como base o entendimento trazido por Odair Castro (2001, p. 68): “Os velhos precisam de um

espaço de fala que torna possível uma resignificação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si”.

Nessa expectativa, a educação é um importante meio de transformação e valorização do idoso. É ela por si mesma um ato ideológico que exige disponibilidade para o diálogo e troca de conhecimentos e vivências. Momento de formação que possibilita a autonomia e a liberdade.

Ao ressaltar a função da escola como um dos espaços que contribui com a socialização, integração, troca de experiências e investigação sobre o que leva o idoso a buscar o retorno ou inclusão no banco escolar, é de suma importância perceber que a grande maioria se sente à margem da sociedade. Mesmo que muitas vezes os idosos já tenham um aprendizado que veio ao longo de suas vidas, não abdicam de conviver com novos valores de permutar experiências.

O tempo passa depressa, dando lugar às lembranças afetivas estando sempre a proporcionar uma sensação de eternidade, missão cumprida. Ainda hoje é notória a importância de a sociedade reconhecer o educando do EJA como sujeito que vivencia uma série de preconceitos e discriminações entendendo que:

O envelhecimento não é somente um momento na vida do indivíduo, mas um processo extremamente complexo e pouco conhecido, com implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele (Fraiman, 1995, p.19).

Este trabalho não objetiva descrever todo o momento histórico transcorrido pelo projeto EJA, somente mostrar alguns fatos que marcaram sua inserção em uma realidade política, econômica, cultural e social no Brasil até os dias atuais.

Dentro desse panorama, discorrer sobre os profissionais atuantes na EJA, reconhecer que estes precisam compreender seu público e, conseqüentemente, ter condições adequadas de trabalho que favoreçam a inclusão dos alunos no espaço escolar é outro desafio constante. Vale frisar que é preciso superar os preconceitos e as discriminações dentro e fora da sala de aula.

Em decorrência disso, a EJA tem como marca a oferta educacional em diversos bairros e em tempos distintos, mas a sociedade ainda subjuga jovens, adultos e idosos como seres improdutivos e incapazes.

A partir das contribuições, passo a desvelar e analisar de forma sintética o que leva pessoas da terceira idade a voltar a estudar após os 60 anos de idade, e de que

forma a escola contribui com a integração e a socialização do sujeito em todas as etapas da vida, bem como quais as motivações encontradas pelos que desejam frequentar tal espaço. Essas indagações também estão presentes nas afirmações de Fonseca (2002, p. 47) quando afirma que:

Uma proposta educativa precisa indagar seus alunos sobre suas próprias expectativas, demandas e desejos para indagar-se a si mesma sobre a sinceridade de sua disposição e a disponibilidade de suas condições para atendê-las ou com elas negociar. Pergunte-se, pois, alunos e alunas da EJA: O que motiva seu próprio investimento na Educação do adulto que é ele mesmo? (Fonseca, 2002, p. 47).

A visão sobre os objetivos da escola e sobre o idoso, como um novo ator social, aquele que busca sua identidade, seu espaço e suas relações sociais, ganha aporte quando tentamos compreender os desafios encontrados pelos educadores da EJA que, apesar de entenderem a diversidade existente, almejam que a escola possibilite e resinifique sua proposta de aprendizagem, assim como permita e dê voz aos sujeitos no sentido de integrá-los, construindo e desenvolvendo sua autonomia, ou seja, proporcionando a busca de sua liberdade frente à opressão social.

A educação ocupa um importante espaço. Durand (2011) pontua que os estudos acerca dos sujeitos da EJA e as suas relações intergeracionais têm chamado atenção sobre duas constatações:

Na primeira a autora baseia-se em Pais (1996) quando refere a constituição dos sujeitos passa pela diversidade em espaço de relações intergeracionais, entre continuidade e descontinuidade, interações e conflitos, trazendo para coabitação de sala de aula, trajetórias e experiências diferenciadas e sabedorias acumuladas, tensionadas pelas suas culturas e diversidades. Na segunda salienta que, embora esta relação seja um fator de reconhecimento desses sujeitos, é importante ressaltar que estes também primam pelas suas individualidades, preservação de sua autonomia e o desejo de participação social (Durand, 2011, p. 164-165).

Refletindo sobre os pontos descritos pela autora, é fundamental na EJA a formulação de uma concepção pedagógica em que se possa contemplar as dimensões de vida e de saberes dos estudantes, de modo que os diálogos e discussões ganham aportes nas opiniões e trocas de experiências.

Acreditando que a função e o objetivo da escola em relação aos alunos da EJA seria proporcionar autonomia de pensamento e, conseqüentemente, de ação, sendo também espaço para sociabilidade e integração. A EJA no Brasil é marcada pela

descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes, não dando conta da demanda e do cumprimento do direito nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 tornando, assim, o sujeito vítima de um sistema excludente e pensado para poucos.

3.3 EJA: um direito humano ou uma ideologia constitucional

A rigor, as unidades educacionais da EJA devem construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram. Tais unidades educacionais deveriam promover a autonomia do jovem e adultos de modo que eles sejam sujeitos do aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

Outro elemento importante que deve ser levado em conta é a combinação da faixa etária e do nível de conhecimento que exige professores com carga horária conveniente e turmas adequadas para se aquilatar o progresso obtido, propiciar a validação contínua, identificar insuficiências, carências, aproveitar outras formas de socialização e buscar meios pedagógicos de superação dos problemas.

Da premissa da educação como direito humano e condicional emerge ainda a necessidade de uma mudança do currículo para melhor aproximação desse público, bem como a elaboração e a sistematização de metodologias e materiais. Seus professores atuantes precisam de conhecimentos sobre esse público e condições de trabalho, seu desafio maior será sempre a superação do preconceito e da discriminação dentro e fora da sala de aula (Haddad; Di Pierro, 2000).

Nesse cenário, apesar do reconhecimento nos dispositivos legais e normativos quanto à obrigatoriedade, à gratuidade e à especificidade, infelizmente a EJA ainda está relegada ao segundo plano e com inúmeros desafios, tais como a afetividade de políticas públicas que, de fato, ofereçam condições de acesso, inserção social, exercício à cidadania dos idosos e a reestruturação das políticas educacionais que contemplem a educação ao longo da vida.

Ao interpretar os apontamentos e in(conclusões) aqui elencados, ressalta-se que cada sujeito tem sua identidade e seu próprio contexto sociocultural, e isso faz com que seja diferente dos demais, uma vez que nem todos têm o mesmo modo de

vida, a mesma cultura, pontuando ainda que pessoas diferentes possuem concepções políticas diferenciadas, modo de pensar e questionar o mundo.

Reconhecer essa diversidade no idoso, observando e considerando suas contribuições, históricas e memórias construídas e retransmitidas a outras gerações, é o ponto crucial para a garantia dos direitos em função da sedimentação de uma educação igualitária, inclusiva e qualitativa.

A Educação, como um dos direitos fundamentais, precisa reivindicar com urgência a reformulação das políticas públicas que viabilizam programas e projetos, que contemplam a formação ao longo da vida. Não advogamos pela ideia de uma escola exclusiva para esse segmento, mas que oportunize a esse grupo etário o acesso a uma instituição que atenda às suas especificidades, além da garantia posta na Constituição Federal (Brasil, 1988).

3.4 EJA: entre a garantia dos direitos e a consolidação

Por intermédio do Estatuto do Idoso, as Diretrizes Curriculares da EJA, assumido em compromisso coletivo na V e VI CONFINTEA e fundamentadas na concepção da Gerontagogia (educação do Idoso), na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9.394/96) nos seus artigos 37 e 38 no Fórum Mundial da Educação em 2000, no Plano Nacional de Educação PNE/2000, culminando com o Marco de Ação de Belém (2009) dentre outros amparos legais. Ao observar esse cenário, constata-se que esses movimentos ampliaram (principalmente na escola) discussões e decisões acerca da modalidade da EJA, incluindo os idosos.

Na prática, muitos fatos expressam ainda violação de direitos, lembrando que a família deveria ser o principal espaço de socialização, acolhimento e interação com os idosos, mas ao se reconhecer que, mesmo com o crescente número dessa categoria, ainda são escassas as articulações voltadas para a sua valorização, por meio de pesquisas e de projetos educativos. Faz-se necessário mudanças de paradigmas tradicionais a respeito da velhice e do envelhecimento, além de inseri-lo em um contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmitificando medos.

Para Sá (2004), o idoso quer se tornar pessoa por meio de seus pares e daqueles que constituem o seu universo. Ele é capaz de incorporar, na sua relação, não apenas a família, mas amigos, os oprimidos, os opressores, a sociedade. Em

favor desse retorno, o próprio Estatuto da Pessoa Idosa já garante uma flexibilização para melhor acolher essa alma etária, quando em seu art. 22 apresenta a seguinte orientação:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Brasil, 2003, p. 17).

Nessa adequação, teremos uma escola que atende ao público idoso e as suas demandas. De um lado, o idoso com sua carga de conhecimentos adquiridos ao longo dos anos vividos, de outro, os jovens que dominam o presente da sociedade do conhecimento (Ferrigno, 2016).

Relegar o ócio, oportunizar atividades e compromissos sociais com o legado de uma vida plena que os vai referendar pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é a educação praticada pelos pares, vai além das ações sistematizadas presentes no espaço escolar. Institui na íntegra o direito à educação, como se pode verificar no Capítulo V, nos artigos 20 a 25:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade⁵⁵.

Art. 21. O poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL, 2004, p. 4). Assim, a garantia e o acesso aos direitos à vida, liberdade, respeito, dignidade, alimentação, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte, precisam ser discutidos e efetivados com a participação dos próprios idosos, que segundo assevera Faleiros (2007), em sua maioria estão alheios à participação na esfera pública e se recolhem à vida privada.

Por esse ângulo, é preciso pensar além dos desafios que a instituição enfrenta para atender aos idosos. Os eventos internacionais e nacionais em prol da consolidação da EJA respaldaram o movimento feito por educadores e contribuíram com o seu reconhecimento como modalidade de ensino. A promulgação da nova LDBEN (nº 9394/96) e a realização da V Confintea ampliou a compreensão da EJA, com destaque para a educação ao longo da vida, além da educação escolar.

Ao falar sobre a formação ao longo da vida, Lima (2007, p. 15) destaca que essa não possui protagonismo e nem precedentes na história das políticas educativas e, em geral, das políticas sociais, econômicas, sendo tratadas apenas como tópicos dentro de “categorias socioeducativas aparentemente universais”.

Esses apontamentos reiteram e evidenciam que seja qual for a política pública apresentada, essa não é pautada pela efetividade do direito, mas de acordo com a complexa rede de interesse. Sendo assim, é possível entender políticas públicas como a expressão de demandas políticas, econômicas e sociais que buscam cumprir regulamentações vigentes.

As discussões realizadas nas distintas edições da Confintea que, ao longo dos anos, vem se posicionando como um dos principais eventos de articulação em prol da educação de adultos, são importantes para conhecer o foco de cada uma das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, entendendo os diferentes pontos abordados, tal como indicado no Quadro

Quadro 2 - Histórico das edições da Confintea

Confintea	Tema	Ações e Avanços	
Primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea I) – Dinamarca, 1949	Educação de Adultos	Restrita ao contexto europeu. Teve como foco apenas características estruturais da educação de adultos (objetivos, conteúdo, instituições, problemas de organização, métodos e técnicas)	
Segunda Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea II) – Canadá, 1960	A Educação de Adultos em um Mundo Mutável	Teve maior cobertura geográfica, envolvendo países africanos, asiáticos e latino-americanos. Abordou os conhecimentos profissionais práticos considerando a mudança tecnológica, liberalização da educação técnico vocacional e profissional, desunião moral do	

		mundo, deseuropeização do mundo, obsolescência da guerra.	
Terceira Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea III) – Japão, 1972	A Educação de Adultos no Contexto da Educação ao Longo de Toda a Vida”	Teve uma natureza mais formal e trouxe discussões relevantes acerca de conceitos mutáveis, legislação, financiamento, pessoal, instituições, métodos e técnicas, pesquisa em educação de adultos e cooperação internacional. Terminou com um projeto de declaração sobre a situação e o futuro da educação de adultos, pois abordou o desenvolvimento e a convergência da educação de adultos e da educação permanente.	
Quarta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea IV) – França, 1985	O Desenvolvimento da EA: Aspectos e Tendências	Com um tom retórico, a conferência valorizou o papel da educação para a cultura da paz e destacou o aspecto econômico e de empregabilidade como parte da função da educação de adultos. Entretanto, não criou metas específicas e expressou o espírito econômico da época, principalmente no que se refere aos países em desenvolvimento, relacionando a educação de adultos com desenvolvimento tecnológico, alfabetização e educação permanente.	
Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea VI) – Brasil, 2009	Aproveitando o Poder e o Potencial da Aprendizagem e Educação de Adultos para um Futuro viável	Precedida por cinco conferências regionais preparatórias realizadas na Cidade do México, Seul, Nairóbi, Budapeste e Túnis, a sexta Conferência foi realizada na América Latina, procurou fortalecer o reconhecimento da aprendizagem e da educação de adultos em uma perspectiva de aprendizagem ao largo e ao longo da vida. Para isso, teve como resultado o Marco de Ação de Belém, com vistas a reforçar os compromissos assumidos com o desenvolvimento da educação de adultos.	
Confintea Brasil + 6 – Brasil, 2016	Seminário Internacional sobre Educação ao Longo da Vida e Balanço	Programado com objetivo de realizar um balanço das ações nacionais realizadas no Brasil a partir do que ficou definido no Marco de Ação de Belém e, ao mesmo tempo, discutir a	

	Intermediário da VI Confintea no Brasil”	educação ao longo da vida por meio do seminário promovido concomitantemente.	
--	--	--	--

Fonte: Ireland; Spezia (2014).

Os temas desenvolvidos em cada uma das conferências demonstram que a Educação ao longo da vida permeava as discussões sobre a educação de adultos, privilegiando a formação humana de maneira integral, sem sobrepor interesses econômicos aos sociais e civis.

É importante ressaltar que, com o acelerado envelhecimento da população, a presença do idoso na escola é um importante elemento para compor o debate educacional, para o favorecimento da mudança de hábitos e postura dos sujeitos (jovens e adultos) ali inseridos, no sentido de melhor acolher os idosos.

3.5 EJA: perscrutando perspectivas olhares e oportunidades

Ao pesquisar os termos EJA, terceira idade e idoso no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos últimos 5 anos, alguns resultados foram encontrados e, após a leitura dos resumos de algumas teses e dissertações, entendi que a grande maioria poderia contribuir com reflexão e apoio, pois o tema estava presente, mas para o meu objeto de pesquisa estava um pouco distante.

As abordagens salientadas nas teses e dissertações tinham implícitos pressupostos e preconceitos relacionados ao idoso, a forma como o projeto EJA vem se articulando com a realidade desse processo e o anseio de seus sujeitos, evidenciando sempre o clamor da realidade com o idoso que vem ocupando um espaço que não se enquadra ao comportamento socialmente definido como normal, ou seja, próprio da sua faixa etária.

A temática do envelhecimento e da longevidade humana existia tendo seu enfoque no processo de envelhecimento e no aumento do número de idosos. Ainda é preciso ver o processo de envelhecimento como uma fase normal e produtiva, marcando que tudo está envolto em um processo educativo, seja aonde for e em qual circunstância se encontrar, como aponta o Quadro 3.

Quadro 3 - Trabalhos Relevantes – BDTD

Título	Autor	Tipo	Ano	Instituição
- Estudo sobre o uso das atuais tecnologias pelos sujeitos da EJA na formação escolar	Kleuver Luís Alves Mota	Dissertação	2018	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Um programa para longevidade: uma etnografia da Universidade da UNICAMP	Ana Claudia Muniz	Dissertação	2019	Universidade da UNICAMP
- Os usos das tecnologias móveis nas salas de aula da educação de jovens e adultos (EJA)	Júlio Cezar Matos Pereira	Tese	2017	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- O trabalho criativo emancipador na formação de professores para atuação na modalidade EJA.	Paula Medeiros Silvestrini	Tese	2017	Universidade de São Paulo
- A complexidade curricular no fazer de uma educadora de ciências em uma EJA cada vez mais jovem	Ana Carolina Costa Resende	Dissertação	2019	Universidade Federal de Juiz de Fora
- Agora é a minha vez de ir para a escola: os desafios na educação para mulheres velhas em um programa da EJA em Fortaleza-CE	Kelly Maria Gomes Menezes	Tese	2017	Universidade Federal do Ceará
- O não lugar da escola; sentidos produzidos de 15 a 17 anos na Educação de jovens e adultos	Maria Clemência de Fátima Silva	Tese	2019	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As pesquisas relacionadas com a educação e ao idoso favorecem a compreensão desta fase da vida; elevando mecanismos que garantam mais qualidade de vida a estes sujeitos. Há, portanto, a necessidade de se discutir, associar teoria e prática, evidenciar as contradições em vez de camuflá-las.

A EJA necessita de investimentos reais que beneficiem a continuidade da oferta de estudos e a permanência do aluno na escola. Só assim a EJA deixará de ser vista como uma condição política pública compensatória para uma real necessidade educacional a aqueles que precisam de uma nova oportunidade no contexto educacional e profissional, proporcionando ao idoso a chance de engajamento para libertar-se e reavaliar seus desejos e expectativas.

3.6 A Educação: formal, não formal, informal como extensão da permanente

A educação do idoso, na modalidade EJA, merece um olhar especial no sentido de entrepor-se a uma pedagogia que os conduza de uma formação ao longo da vida. A educação como direito humano e constitucional emerge de questionamentos que asseguram a efetividade deste direito no Brasil.

A complexidade da formação humana de maneira integral está em agregar as diferentes esferas da educação: formal, não formal e informal. Dessa forma, o que caracteriza as dimensões da educação está entrelaçado ao contexto e à intencionalidade do processo de ensinar e aprender.

Gohn (2011) indica que a educação formal é representada por processos educativos institucionalizados, regulamentados e inflexíveis. Já a educação não formal ocorre com a função de educar para determinado fim, porém é flexível e não está restrita às regulamentações e fiscalizações.

A educação informal acontece nas diversas situações cotidianas da vida em que existe algum processo de aprendizagem, mesmo sem intencionalidade ou consciência do processo educativo. Para Gohn (2011, p.107), a educação informal é definida como “a educação transmitida pelos pais na família com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas etc”.

Gadotti (2016, p. 2) sobre a educação formal e informal profere que:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores do ministério da educação. A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Saviani (1992) menciona que a formalização da educação ocorreu devido aos processos socioeconômicos, afirmando que até o final da Idade Média a forma escolar era parcial, secundária, não generalizada. A partir da Idade Moderna, com a industrialização e a necessidade de conhecimento sistematizado, (atendendo interesses) se instaura a obrigatoriedade da Educação Básica, representada pela educação formal. E conclui o autor que:

É esta situação em que nos encontramos hoje. Por isso é que, hoje em dia vivemos uma situação um tanto paradoxal, do ponto de vista escolar. De um lado, a escola é secundarizada; afirma-se que não é só através dela que se educa, educa-se através de múltiplas formas, através de outras instituições como os partidos, os sindicatos, associações de bairros, religiosas, através das relações informais, da convivência, dos meios de comunicação de massa- isto é, do cinema, do rádio, da televisão. Portanto, há múltiplas formas de educação, entre as quais se situa a escolar (Saviani, 1992, p. 99).

A educação ao longo da vida é caracterizada por diferentes componentes que envolvem a dimensão educativa, sociocultural e econômica. Não podendo sofrer a descontinuidade, respeitando as etapas do ciclo vital, com características de um entendimento integral.

Ainda nesse sentido, as concepções teóricas vêm contribuindo muito com a concepção histórica do conceito e importância da educação permanente. As discussões realizadas nas diferentes edições da Confinteia ao longo dos anos representam um dos principais eventos de mobilização para que ocorra a efetiva educação de adultos, assim como situam as preocupações políticas, econômicas e sociais mais cruciais.

É importante ainda fazer uma distinção conceitual entre Educação Continuada e a Educação Permanente como diferentes processos educativos devido aos seus princípios metodológicos distintos, apesar de ambas poderem conferir uma característica de continuidade ao processo de educação.

Massaroli e Saupe (2008) especificam que a educação continuada é definida como algo que engloba as atividades de ensino após o curso de graduação, com finalidades mais restritas de atualização, aquisição de novas informações e por meio de metodologias tradicionais. Ocorreria mais adiante à profissionalização, com objetivo de atualizar os conhecimentos.

Pode-se ponderar a existência de um conjunto de experiências subsequentes à formação inicial, as quais fazem com que o profissional aumente e qualifique sua

competência individual, levando à altura da ação de suas responsabilidades, promovendo também o desenvolvimento integral.

A educação permanente, por conseguinte, envolve um aporte de conceitos diferenciados aos quais estão atrelados diversos pontos de vista, tais como: a aprendizagem ao longo da vida, a educação continuada, a formação continuada, a educação de adultos e até mesmo a reflexão defendida por Freire acerca da educação, pois: “[...] faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em constante processo de tornar-se” (Freire, 1992, p. 47).

Essa visão ampliada da educação, porém, não permite negar o metodológico, a sistematização dos saberes produzidos nos processos de educação intencional. É necessário diferenciar as características e as possibilidades de cada experiência para identificar a contribuição de cada modalidade, com o intuito de sistematizar os saberes produzidos e a estruturação durante a formação continuada em qualquer espaço de reflexão sobre a ação.

Logo, a educação permanente é um direito de todo ser humano por ser um processo inerente ao homem devido à sua racionalidade e consciência de inacabamento (Freire, 1996).

Cabe ainda ressaltar a importância que tem Paulo Freire na história da pedagogia brasileira, ao influenciar o movimento chamado pedagogia crítica, bem como por meio da concepção de educação popular que consolidou um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea, rompendo com a educação elitista, comprometendo-se com a alfabetização de jovens e adultos.

Na sua proposta pedagógica, o educando criaria sua própria educação, fazendo ele o caminho, e não seguindo um já previamente construído. Parte do Estudo da Realidade (fala do educando) e da Organização dos Dados (fala do educador), extraíndo a problematização da prática de vida dos educados.

A Educação Permanente na metodologia de Freire (2011) adota a concepção pedagógica problematizadora. Estimula a reflexão da prática e a construção de novos conhecimentos, seguindo a própria característica da pedagogia da problematização, que almeja trocar e não simplesmente inserir mais conhecimento no educando.

Pereira (2003) profere que, ao trabalhar com a problematização, por uma visão crítica, Freire busca desenvolver a concepção libertadora que envolve a relação entre o educador e o educando, conhecimento e aprendizagem, contribuindo com a continuidade transformadora da realidade.

É consenso que o grande desafio da educação no que se refere à adversidade é construir currículo ou projeto pedagógico que contemplem e assegurem essa diversidade. A educação não formal supõe a intenção de estender educação a maioria da população menos incluída no sistema escolar convencional, ainda que esteja direcionada a determinados grupos de idade, sexo, classe social.

No caso da educação informal frequentada por idosos (Universidades para Terceira Idade), por motivos intrínsecos, sua adesão costuma ser voluntária e seus interesses e necessidades mais claramente assumidos, podendo seguir ou abandonar o programa, conforme necessidades ou satisfação.

Tendo em vista que o envelhecimento populacional foi reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX (Freire, 1999; Pontual, 2006), faz-se necessário assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua e permanente, com base nos princípios capazes de garantir uma vida digna, tanto no setor econômico quanto na área de lazer e educação.

É essencial compreender a importância das diferentes formas de educação e os seus potenciais de transformação, reconhecendo-as como formas de construção coletiva no cotidiano escolar, valorizando os saberes e as experiências dos discentes, suas autonomies e potenciais, ponderando que a escola não é feita de coerência e muito menos de homogeneidade, mas é um espaço de contradições, heterogeneidade e singularidades.

4 EJA PARA EJAI

4.1 A busca pela visibilidade e garantia de acesso à continuidade

A existência de políticas públicas voltadas para o idoso não garante sua efetividade, porém a aplicabilidade das ações prescritas no Estatuto do Idoso também não garante as condições mínimas de sobrevivência e interação social para esse público. Levar em conta a necessidade de um processo formativo no qual o idoso tenha condições de analisar o contexto em que está inserido e discernir sobre os processos de exclusão aos quais está submetido, revela as diferentes abordagens e concepções sobre a educação de adultos.

É preciso construir com esse público um novo modelo de escola, cuja preocupação não esteja intrinsecamente ligada aos conteúdos exigidos pelo sistema, mas sim em uma proposta que valorize o legado e as contribuições desse grupo etário, sabendo que:

A EJA, nesse sentido, possibilita ao aluno a condição de retornar a aprendizagem e compartilhar suas experiências e vivências extraescolares, garantindo o direito a um ensino diferenciado e de qualidade para a vida. Por fim, a função qualificadora visa propiciar a todos a atualização de conhecimentos ao longo da vida, garantindo o direito de qualificar-se independente da idade ou classe social. Deste modo, a função qualificadora deve fornecer meios para que os alunos da EJA possam buscar novos conhecimentos, fazer novas descobertas quanto às suas habilidades. (Barbosa, 2016, p. 33).

Um ambiente com pluralidades de ações que garanta não só a aprendizagem dos conhecimentos sistematizados, como também atividades que possibilitem uma melhor relação social com seus pares, envolve as dimensões educativa, sociocultural e econômica, necessárias para efetiva construção desse conhecimento. É símbolo de persistência e resistência, principalmente contra as ações de preconceitos, de isolamentos e de silenciamentos que vêm sendo imputadas ao idoso (Barbosa, 2016).

Para entender o que até aqui se expõe, é indispensável ressaltar que não se desprezam as legislações anteriores que versavam sobre a educação de adultos (já que a nomenclatura EJA surgiu com a LDBEN vigente), busca-se situar as reflexões partir da normatização como modalidade de ensino, ou seja, por meio da Lei nº 9394/1996 e seus desdobramentos.

O conceito de educação permanente evita a descontinuidade do processo educativo em relação às diferentes etapas do ciclo vital conferindo à educação um caráter extensivo e completo (Barros, 2013, p. 25). Por isso, ter em mente os diferentes âmbitos da educação é relevante na luta pelos direitos das minorias e na mobilização em defesa da educação como direito de todos.

Ao olhar para a trajetória da EJA no Brasil, percebe-se o quanto este campo ainda é marcado por profundos entraves e o quanto a modalidade é pouco valorizada e secundarizada. As legislações voltadas para o trabalhador adulto ainda possuem os mesmos princípios das leis trabalhistas resultantes da era Vargas (1930-1945).

Ainda é muito recorrente a visão de que a educação de jovens e adultos e idosos tem apenas a função de recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e a escrever no período adequado, compreendendo como resgate da dívida social, objetivando chegar à concepção de direito à educação para todos e do aprender por toda a vida. As descrições variaram deixando no imaginário social a sua marca mais forte, ligada à volta à escola, para fazer, no tempo presente, o que não foi feito no tempo da infância. Nessa visão, Brasil (2006, p.4) salienta que

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos na fase adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória nessa fase da vida é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. Homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos.

A luta por uma educação inclusiva e de qualidade precisa continuar a ocupar os espaços públicos, com o objetivo de consolidar propostas encaminhadas quanto ao acesso, sua permanência, assim como o direito de continuar aprendendo ao longo da vida.

Cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma. São pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos (Brasil, 2006, p. 5).

Abordar a educação permanente envolve um aporte de conceitos diferenciados aos quais estão atrelados diversos pontos de vista, enquanto a concepção de Educação Popular contribui com o alargamento do horizonte da EJA, que busca uma

educação integral do ser humano, como espaço de expressão e construção de uma organização social, com atuação crítica, política e ética.

Neste rumo, compreender a EJAI como espaço de abertura a uma concepção educativa crítica e dialógica, centrada em discussões e debates sobre a cultura, tensionando a leitura de mundo de forma coletiva. Configura não apenas o compartilhamento de saberes e vivências de jovens, adultos e idosos, mas a inclusão em um processo educativo que valoriza as múltiplas expressões e formas de produção de conhecimento.

4.2 Elevando a autoestima – nunca e tarde para (re)começar.

Refletir sobre a EJA como lugar de inclusão social é condição primeira para garantir o direito de tais pessoas à alfabetização, à escolarização ampla, bem como profissionalização, assistência social, psíquica etc., que os integrem ao mundo social e produtivo dignamente, pois não é suficiente apenas reconhecer que “o mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país, consequência do processo de exclusão social causado pelo sistema capitalista” (Brasil, 2009, p. 30). É preciso a práxis na EJA que permita a inclusão desses como sujeitos de direitos.

Ao exercitar seu papel social, o idoso utiliza suas perspectivas de cidadania, porém as políticas públicas voltadas à educação não ampararam exclusivamente a educação para o idoso. Nesse fito, a qualidade e as condições ofertadas nem sempre levam em conta as especificidades para esse grupo etário, ou ainda, formação de professores especialistas na área gerontológica.

Ao envelhecerem, muitas pessoas acreditam que realizar seus sonhos não é mais possível, que o tempo que têm pela frente não seria suficiente para concretizar seus desejos. O receio de serem aceitas em um local destinado socialmente aos jovens faz com que desistam de seus direitos e benefícios. A Figura 5 sinaliza a alegria da idosa que frequenta a EJA. A chamada a leitura marca as reflexões supracitadas.

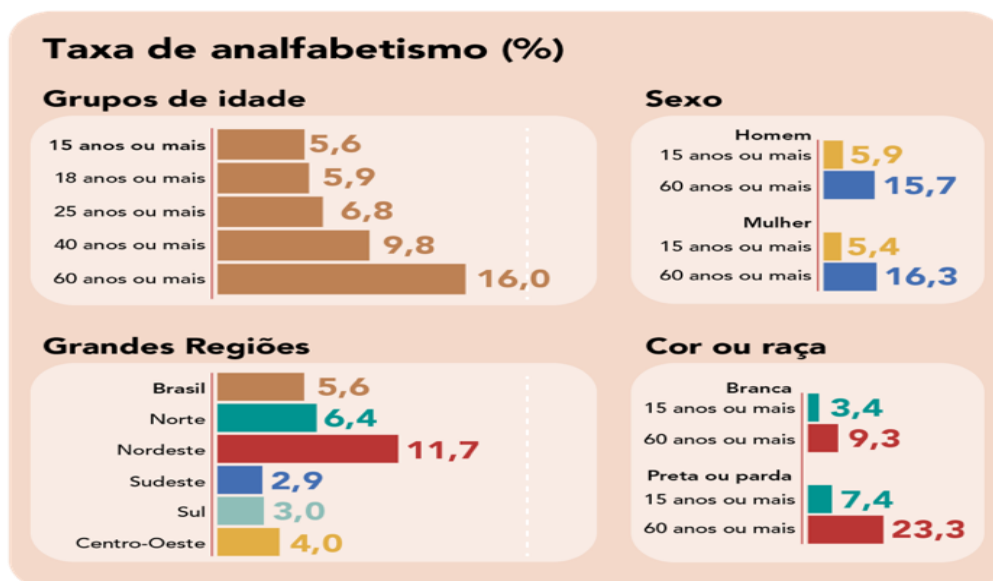
Figura 5 - Alfabetização após os 50 anos tem baixa adesão no ensino público



Fonte: <https://infográficos.estadão.com.br/focas/planeje-sua-vida/alfabetização>

Hoje, o país tem aproximadamente 9 milhões de analfabetos nessa faixa etária, mas apenas 316 mil frequentam as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É fundamental uma mudança de pensamento e de postura de todos nós em relação aos papéis sociais dos idosos. Não basta garantir a eles acesso a lugares como teatro, cinemas, transportes gratuitos e educação. É importante garantir também respeito para que eles possam usufruir sem medo de seus projetos de vida, sintam-se fazendo parte da sociedade. A tabela de taxa do analfabetismo no Brasil, reitera a necessidade de um olhar diferenciado para essa problemática que se arrasta ao longo dos anos. Figura 6



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Dona Ignácia é a prova de que nunca é tarde para sonhar e lutar pela realização de um desejo. A Figura 7 evidencia a certeza de que, apesar das dificuldades, soube contorná-las ao acreditar que venceria seus medos e expectativas.

Figura 7 - Idosa mostra que não existe idade para retornar à escola



Fonte: <https://www.tupi.fm/educacao/idosos>

Ignácia de Carvalho do Carmo, a dona Naná, como ficou conhecida, é a prova de que nunca é tarde para sonhar e lutar pela realização de um desejo. Aos 85 anos, agora moradora em Itaguaí, sempre desejou ser professora. Por ser filha de lavradores, desde menina precisou ajudar no sustento da família, tendo que abdicar dos estudos. Durante a pandemia, incentivada por sua sobrinha frequentou a EJA quando terminou seu Ensino Fundamental. Hoje, encontra-se matriculada no 1º ano do curso de formação de professores de uma escola pública estadual. Voltar a estudar, para ela, é a realização de um sonho antigo de menina. Terceira filha de 11 irmãos, só frequentou escola durante um ano, na infância. O retorno para sala de aula ocorreu aos 82 anos, já viúva. Emocionada assim descreveu seu retorno.

A vida me disse muitos não. muita coisa que eu queria realizar não consegui. Ter filhos foi uma delas. Mas realizei o sonho de voltar a estudar para ser

professora, meu pai não incentivava os filhos a estudarem, nem meu marido, queria que a gente trabalhasse. Aos oito anos ganhei de presente uma enxada. Mas meu sonho era estudar e desde pequena já dizia que queria ser professora (Relato de Dona Naná).

Em reflexões acerca da velhice, Bobbio (1997, p. 49) afirma que, enquanto o ritmo da vida do velho fica cada vez mais lento, o tempo que tem pela frente fica dia a dia mais curto. Apesar da consciência de ter seu tempo diminuído em função da idade, o idoso tem procurado viver sua vida sem deixar que tal fato se torne empecilho na realização de seus projetos e sonhos.

Sabe-se que a ausência desse público, o idoso, principalmente nas políticas educacionais como um todo, é histórica e merece uma cuidadosa análise de cunho investigativo, quando se busca cumprindo as determinações do Art. 4º da Declaração Mundial sobre Educação para Todos quando diz que:

Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 2015, p. 4).

Com isso, trabalhar na perspectiva da garantia do direito implica na revisão das práticas educativas voltadas para esse público. Perceber que, além de uma maior representatividade, todos os fatores se destacam nesse retorno à própria identidade, por meio da autoafirmação, como também pela elevação da autoestima, por vezes útil e capaz ainda de ter e realizar sonhos.

A construção do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade, “É verdade que o sujeito não pode ser apenas defesa e luta; é também afirmação, felicidade, sucesso. Mas não é o arquiteto de uma ordem ideal: é, isto sim, uma força de libertação” (Touraine, 1998, p. 103).

Conforme o Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA), esses discentes em sua maioria chegam à escola inseguros, com medo de mostrar o que não sabem e achando que, por não escrever ou ler com domínio, não possuem conhecimento algum. Mas trazem suas experiências de vida, grandes saberes e um enorme desejo de aprender.

Destaca-se a opinião da docente Paula Isidoro, docente de uma escola da Segunda Coordenadoria Regional de Educação (2ª CRE), órgão da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ), responsável em registrar e acompanhar a vida escolar do aluno desde sua matrícula até a conclusão do curso. A professora citada ministra aulas na EJA e ressalta:

“[...] diferente do que se pode pensar, alguns idosos acabam saindo da escola por não haver oportunidade maior de criar um vínculo afetivo com seus docentes”, afirma que as diversas disciplinas lecionadas e o tempo a elas limitado, dificulta a oportunidade de criar um vínculo afetivo com cada docente, a questão emocional possui um grande peso.

A oportunidade e vontade de voltar a estudar após os filhos se tornarem adultos, toca o senhor Manuel, tal como expõe a Figura 8.

Figura 8 - Sensibilidade o caminho da perfeita inserção



Fonte: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15245-os-idosos-na-educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-eja>

O trabalho com idosos na EJA demanda um intenso e cuidadoso dever a ser construído a partir da escuta por parte do professor. Para Marta Souza, “[...] é interessante explorar a oralidade, as recordações que o indivíduo traz, para pensar o

projeto de escolarização hoje. A memória é constituída de forma individual, mas também é coletiva, pessoas vivenciam situações semelhantes.

Bosi (2003) chama a atenção para a riqueza de conceder a palavra às pessoas comuns para que falassem de suas memórias, que consiste no fato de que elas expressam suas paixões individuais. Ressalta que a memória não pode ser compreendida como algo estanque, pronto. Com muita propriedade salienta que:

[...] a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática do que existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (Bosi, 1993, p. 9).

Ainda no olhar da professora Paula Izidoro, a determinação, respeito e participação dos alunos acima de 60 anos é diferente do que se estigmatiza. Não apresentam dificuldade em receber o que é novo, respeitam muito o professor e não aceitam a forma como os jovens tratam os professores.

De acordo com a docente, o professor da EJA deve ser uma pessoa aberta a novas aprendizagens. Não há um livro didático que oriente na forma de ensino. É preciso pesquisar sobre cada indivíduo. São pessoas com bagagens de conhecimentos expressivos e não se pode simplesmente excluí-las.

Nessa elucidação, milhões de idosos sofrem com a violação dos seus direitos, seja por discriminação contra a idade (conhecida como etarismo), por exclusão social ou a falta de políticas públicas eficientes, promovendo abusos, violência, negligência etc. Configura-se, portanto, o direito à educação, uma responsabilidade reducionista, mas tratada com um grande otimismo político-pedagógico.

A escola para cada um é uma forma de completar algo que julgavam deficitário em suas vidas. Elencamos na Figura 9 a importância de uma educação que promove a inserção social de forma permanente e integral.

Figura 9- A educação do idoso precisa ser inclusiva e participativa



Fonte: SBGG.

O artigo 20 do Estatuto do Idoso garante o direito à educação, entre outros aspectos, para que a inclusão seja efetiva. Segundo o presidente da Comissão de Políticas Públicas da SBGG, Prof. Dr. Vicente Faleiros, embora seja importante a inclusão de idosos na educação, nem o Ensino Fundamental, nem a EJA estão completamente preparados para receber este público.

O projeto de lei que estabelece quotas para pessoas idosas no Ensino Fundamental e na EJA mostra a importância da necessidade de inclusão desse segmento na educação formal, garantindo direitos e possibilitando o exercício de sua cidadania, visto que são grupos etários que precisam ser considerados como indivíduos em condições especiais de vida.

Para Minayo (2001, p.17), “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, ou seja, a pesquisa ou projeto necessita estar veiculada à realidade, buscando respostas, possibilitando modificações no modo de pensar da sociedade quanto aos preconceitos e exclusões que permeiam a vida social.

O Ensino Fundamental está voltado para o público infantil, ao passo que a EJA é precária e não está preparada para a educação formal nem de seu público atual. A SBGG defende a inclusão das pessoas idosas na educação de forma participativa e não passiva, com diversidade. Faleiros reitera a necessidade de dar voz à população idosa, mencionando que:

É necessário colocar a questão do analfabetismo de pessoas idosas em debate com elas mesmas, no local e territórios em que se encontrem. Há uma diversidade de situações que devem ser levadas em consideração para a implementação de qualquer política neste sentido. Um exemplo básico apontado pelo presidente é a diferença entre a zona rural e a zona urbana.

Para o presidente da Comissão de Políticas Públicas da SBGG, a exclusão não é algo recente, mas é resultado de ações e situações ocorridas há muito tempo, tal como relata.

A falta de acesso à escolaridade desse segmento vem de sua infância no campo, do trabalho rural, da dominação do latifúndio e exploração da mão infantil e da falta de acesso e disponibilidade de escolas rurais e para trabalhadores”.

Aponta como exemplo bem-sucedido de programas educacionais voltados aos idosos a utilização do Método Paulo Freire, inclusive aplicado por ele quando defende que:

A alfabetização tem como referência a cultura da pessoa, com palavras de seu contexto e interação em grupo. A pessoa idosa tem cultura e experiência para intercambiar. A EJA pode se adequar formando grupos de pessoas idosas, em horários específicos e materiais para esse público e professores/as preparadas para interagir com ele. A acessibilidade ao local deve ser assegurada (Freire, 1996, p. 90).

O retorno dos idosos ao ambiente escolar não se revela apenas na constituição de um direito, mas no cumprimento de um propósito social, assegurando a emancipação e a manutenção da dignidade humana. Trata-se de um espaço de socialização, de construção coletiva, de compartilhamento dos saberes e da experiência absorvida ao longo dos anos vividos.

Na tentativa de tornar a educação para o idoso mais democrática e prazerosa, diversas teorias mostram a necessidade de autonomia para cada estabelecimento de ensino no sentido de gestar e gerir seu trabalho. O predomínio de uma concepção

produtiva nas atuais políticas educacionais, ao mesmo tempo em que se baseia no discurso da equidade e democratização, estimula a exclusão. Por outro lado, entende-se que é necessário possibilitar espaços para o crescimento e para mudança, tanto em aspectos de cunho educacional quanto profissional. Como é retratado na Figura 10:

Figura 10 - A experiência de vida relacionada à atuação profissional



Fonte: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/740>

Frequentemente as empresas, ao buscar novos colaboradores para contribuir com a instituição, procuram profissionais que tenham experiência na área, que sejam flexíveis e dinâmicos, associando essas características a uma pessoa jovem. Essa atitude idadista dificulta o acesso de pessoas maduras ao mercado de trabalho, quando pode ser a chave para as demandas existentes na empresa.

A sociedade costuma minimizar os ganhos do processo de envelhecimento, mas o olhar de cada indivíduo, gestor, irá determinar e valorizar quanto as pessoas idosas demonstram mais atitudes positivas ao lidar com as pressões sofridas no trabalho e como são capazes de trocar experiências, sem medo, respeitando o coletivo.

O longo percurso trilhado pelos idosos, possivelmente, fez com que conhecessem os melhores atalhos, os caminhos mais perigosos, o tempo e o lugar mais adequados para o sucesso dessa caminhada, exercendo a resiliência, a flexibilidade e a criatividade para enfrentar os desafios, compreendendo o grande papel social que possuem, pois são indispensáveis na sociedade como um todo.

A oportunidade para que as pessoas com 50 anos ou mais sigam atuando profissionalmente e colaborando com outras pessoas de faixas etárias menores, mas que possuem outras habilidades e competências que, somadas com as experiências dos mais velhos, podem suprir as necessidades empresariais, bem como contribui com o efetivo direito à inserção social.

Assim, compreendemos a pertinência da educação emancipatória, que propõe a superação das formas de opressão, que promove o despertar das contradições, a conquista do espaço pelo sujeito como uma real necessidade educacional, para os que anseiam uma nova oportunidade na esfera social, independente da raça, cor ou etnia. A Figura 11 salienta o que se menciona.

Figura 11 - Estudantes de Bauru debocham de colega ter 40 anos



Fonte: Folha de São Paulo, março/2023.

A Universitária Patrícia Linhares, 44 anos, estudante de biomedicina, sofreu etarismo em razão de sua idade. Três colegas de turmas debocharam em vídeo de seu ingresso na Universidade, alegando que deveria estar aposentada, pois estava

subtraindo a matrícula de outro mais jovem. Patrícia sempre buscou conquistar seus objetivos, trabalhando desde pequena para ajudar a avó que a criava com suas irmãs. Agora, finalmente estava conquistando seus sonhos.

A OMS enfatiza que pensamentos, ações e comportamentos expressados por meio de estereótipos, preconceitos e discriminação relacionados com a idade caracterizam as razões que contribuem com o fortalecimento do dadismo. É preciso auxiliar na formação de uma sociedade mais justa e democrática, com direitos igualitários para todos.

Isso posto, para a efetivação de uma educação de qualidade, pautada sobretudo na construção de valores humanos, urge por parte dos profissionais da EJA uma capacitação voltada para a construção de valores inclusivos, democráticos, voltada à educação ao longo da vida, que inclua idosos levando em conta suas contribuições e experiências de vida. A Figura 12 descreve o que é frisado.

Figura 12 - Em busca de direitos e visibilidade



Fonte: br.depositphotos.com/similar-imagens

A participação social deve ser entendida como direito de todos, o que independe da classe social, raça, gênero ou faixa etária. Assim pensando, não é a idade que determina as possibilidades de adquirir conhecimento, esses são inerentes à vida. Tudo o que se vivencia, fará parte da composição cognitiva desse indivíduo. Para Maio (2018, p. 23):

A velhice é um direito humano fundamental, sendo que o grande desafio atual não é apenas prolongar os anos de vida ou de mantê-la sem doenças, mas é ter direito à vida com dignidade, ou seja, procurando se preservar a sua autonomia individual, sua liberdade e a sua independência ao máximo.

Em suas análises, Maio (2018) reitera a necessidade de se preservar ao máximo, dentro do que for possível, a autonomia e a vontade das pessoas mais velhas. A experiência de vida, além de edificar saberes salutares, aprimora e explicita valores corroborando com uma reflexão sobre a visão de mundo, que está embasando sua prática.

4.3 Entre medos e sonhos. Nós, o outro e eu

Para a OMS (2017), quando um país tem em sua população 7% de habitantes maiores de 60 anos, não se pode considerar mais um país de jovens. O Brasil já atingiu a marca de 11,3% com expectativa de aumento desses índices nas próximas décadas. Apesar desse informe, as pessoas idosas ainda não podem envelhecer com dignidade e com a qualidade de vida a qual tem direito.

Entre medos e sonhos, está a população idosa do século XXI na expectativa de vivenciar a empatia, o respeito e a inclusão social assegurados a todos, mas inexplicavelmente restrita, imposta genericamente a todas as pessoas idosas, ainda que essas sejam plenamente ativas, independentes e com total discernimento para fazer suas escolhas.

Essa análise se comprova por conta do fato de não existir um espaço de construção e desenvolvimento da educação em sua perspectiva mais ampla de formação humana integral e contínua contrariando princípios fundamentais largamente defendidos pelos organismos internacionais quanto ao combate às discriminações, defesa, bem como proteção dos direitos humanos, expressos nos textos constitucionais do Brasil.

A complexidade da formação humana integral está em agregar as diferentes esferas da educação: formal, não formal, informal e permanente. Na literatura gerontológica, fortes evidências sugerem que a percepção de satisfação com a vida tende a ser vista como positiva entre os idosos (Queiroz; Neri, 2007).

Quando esse processo se efetiva, a liberdade é conquistada. A esperança e opressão vivida pelos sujeitos os faz entender que são seres humanos integrais, inacabados e inconclusos.

Para Neri (2007), a boa qualidade de vida na idade madura excede os limites da responsabilidade individual e deve ser vista por múltiplos aspectos. Por isso, uma velhice satisfatória não será atributo do indivíduo biológico, psicológico ou social, mas resulta da interação entre pessoas em mudanças vivendo em sociedade e de suas relações intra, extra individuais e comunitárias.

As teorias sociais tentam abrir caminhos para compreender as relações sociais e o engajamento social na velhice. Sabemos que a subjetividade tende a ser um bom indicador de qualidade de vida que, por consequência, permite avaliar em que medida a velhice pode ser percebida como uma etapa bem-sucedida.

As teorias mais difundidas na literatura gerontológica nessa dimensão e que apresentam implicações sobre estudos e intervenções são: a teoria da atividade e a teoria do desengajamento. A primeira postula que envelhecer de forma adequada se caracteriza pelo engajamento em atividades sociais, evitando que a inatividade relacionada aos estereótipos do envelhecimento, da aposentadoria, da perda de contatos sociais se instale na vida dos idosos e a teoria do desengajamento sugere que, com o progressivo aumento da idade, as pessoas tendem a se desvincular da sociedade, dos contatos sociais, dos contextos de decisão e de algumas tarefas sociais que antes eram exigidas (Siqueira, 2002).

Tal situação tolhe as condições para que esses sujeitos possam tomar consciência desse e de outros direitos e deveres, o que interfere diretamente em sua qualidade de vida, dignidade e participação social. Nesse contexto, emergem a EJA e a educação permanente como modalidades de ensino e como concepções de educação, mas compondo um movimento gerado principalmente a partir da educação popular com o intuito de fortalecer a defesa do direito à educação para todos.

Tal como indica Oliveira (1999, p. 62), “a tendência no Brasil é valorizar aquilo que é novo e desprezar que é velho. A própria educação faz o velho se sentir objeto fora de uso”. Scortegagna (2010, p. 85) profere que:

A incapacidade de aprender é mais um dos estereótipos da velhice na sociedade brasileira, que precisa ser superado. É necessário considerar a participação ativa do idoso na sociedade, sendo que a educação se volta para a consolidação de novos papéis sociais, além da valorização da pessoa enquanto sujeito.

Os valores que a cultura atual favorece dificultam a vivência do processo de envelhecimento. Essa dificuldade leva à criação de tabus que eludem a realidade da senectude, faz parte de uma velhice sadia a aceitação tranquila das deficiências e fraquezas inevitáveis que a longevidade impõe. A figura do idoso questiona a idealização atual do jovem porque lembra que ele será um dia o que o ancião é hoje. Nessa situação cultural, o idoso não tem um lugar nem um papel social reconhecido.

Freire (1996, p.110) menciona que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. É preciso sublimar o papel da educação por ser essa o ponto culminante de toda a mudança no pensamento presente, para que se possa sair de uma cultura excludente e ir para um pensar crítico e compatível com a atual realidade. A demanda e discriminação sofridas pelos idosos constituem um desafio a ser superado. O diálogo com a população cumpre direitos pautados na ética que defende a vida. É um dos caminhos para a conquista da emancipação, inserção e elevação da autoestima. A Figura 13 define o que é relatado:

Figura 13- Quero ser ouvida. Isso é etarismo



Fonte: Folha de São Paulo/abril-2023.

Sonia Maria Pereira, 70 anos, conta que sua vontade de aprender e de estar com o outro fez com que concluísse três graduações, quatro especializações e o mestrado. Atualmente cursando o doutorado, lamenta constatar que não consegue mais trocar experiência e formar vínculo com os demais colegas. Sente-se excluída.

A segregação que vive entre os colegas de turma e professores a levou primeiro a desistir, mas, ao retornar, precisou readequar a agenda, pois seu retorno aos setenta anos virou motivo de questionamento perante os colegas. Sonia deseja ser ouvida e respeitada. Deseja conviver e trocar com pessoas que se mostrem desarmadas dos rótulos sociais, isto é, tem consciência de que é uma cidadã, desejando sair da condição de excluída para ser a protagonista de sua história.

O processo de humanização é complexo, implica a práxis que busca e promove novas ações, reflexões que levam ao reconhecimento da realidade organizada em luta de classes. Entre sonhos e medos, vive-se um processo desafiador, mas possível de reversão. A busca por uma sociedade mais justa só será alcançada pelo ato da transformação que tem como intencionalidade a criação de novas formas de viver, atentas à humanização de todos.

Tal como mostra a dissertação, milhões de idosos no planeta sofrem com a violação dos seus direitos, seja por discriminação contra a idade, por exclusão social, abusos, violência, negligência etc. Infelizmente, grande parte dessas violações ficam sem aporte, pois não são documentadas ou registradas, o que dificulta a sua identificação e solução.

A discriminação impacta negativamente na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas, principalmente do idoso. Deve-se ressaltar a importância dos direitos que, além de proteger tais grupos, preza pela sua valorização, pelo destaque no âmbito social, tendo em vista suas particularidades e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados iluminam a prevalência de que a luta por uma educação inclusiva e de qualidade deve continuar a existir e a ocupar espaços públicos. O processo de transformação no mundo educacional necessita da determinação social como prática consciente para fazer o novo surgir. É fundamental rever as estruturas que permeiam a educação, pois esta realidade possui uma longa história. Ela começa pelo despreço que nossos colonizadores ibéricos tinham com a leitura e a escrita quando eram ofertadas aos habitantes deste país, o que perdura até a atualidade.

No primeiro capítulo, foi realizada uma pesquisa documental sobre os estudos acadêmicos, nos últimos cinco anos, que também tinham como investigação o tema proposto na dissertação. Assim, foram constatadas algumas referências sobre o tema, mas também a necessidade de um olhar diferenciado sobre os paradigmas existentes na Educação de jovens, adultos e idosos.

Defender o direito à educação parece obsoleto, porém, na sociedade do conhecimento, o que se tem apregoadado está relacionado com informações do senso comum, e não o conhecimento sendo um legado histórico construído ao longo dos séculos pela humanidade.

A educação é um Direito Constitucional e Humano no Brasil. Entretanto, mesmo diante dos avanços promovidos por meio dos documentos legais que garantem esse direito, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, ainda existem muitas crianças, jovens adultos e idosos alheios ao processo educativo de formação humana integral.

Para levantar subsídios que possibilitassem responder às inquietações apresentadas, tais como analisar se a EJA está emancipando os idosos, o que buscam ao retornar e frequentar o espaço escolar, bem como se sentem que possuem voz nos espaços frequentados, evidenciou-se que teremos um número de idosos que ultrapassará os trinta milhões, com diferentes tipos de velhice, construídas por meio de trajetórias diversas de acordo com dados extraídos do IBGE até o ano de 2025.

Já nessa afirmativa, a proposta da pesquisa começa a ser respondida à medida que o envelhecimento é algo inevitável e constante. Precisamos de estrutura e organização para lidar com o gradual aumento de idade. Estando na EJA o grande desafio de unir e não segregar a diversidade etária, étnico-racial, de gênero, de

orientação sexual e religiosa que são os indicadores mais evidentes das diversidades que interagem na sala de aula da EJA.

Destacamos ainda no primeiro capítulo autores que desenvolvem variadas reflexões acerca do idoso, dos cuidados oferecidos, mas não cumpridos, ações e programas que se organizam, pelo princípio da empatia a essa classe de estudante, minorando possíveis danos provenientes da discriminação pela faixa etária. Salientou-se que as políticas públicas voltadas à educação não amparam essa faixa etária, deixando sempre a dúvida sobre o projeto EJA, isto é, se está mesmo ofertando a inserção social de tais discentes.

Analisando as leis e Políticas públicas, observou-se que o idoso tem direito à educação social ou à pedagogia gerontológica, visto que podem oferecer a aquisição de novas habilidades e técnicas de aprendizagem. Entretanto, ainda se tem uma realidade distante do que está legalmente preconizado.

Ainda nesse capítulo foi apresentada a metodologia da pesquisa, bibliográfica documental, analisando o perfil do direito às pessoas jovens, adultas e idosas refletindo sobre os limites e potencialidades das experiências para propor a reorganização do direito na perspectiva ética humana, além de constatar a importância da atuação dos movimentos sociais, para afirmação do direito à educação tendo na figura do professor o grande ator desse processo, apesar dos poucos recursos.

No primeiro capítulo, conclui-se a necessidade do olhar diferenciado nas especificidades dos ciclos da vida dos estudantes jovens, adultos e idosos, dialogando e criando atividades pedagógicas capazes de articular a aprendizagem de conteúdos, de forma que todos possam aprender e contribuir com sua diferença.

Seguindo essa assertiva, ao desenvolver os conceitos de envelhecimento e velhice no segundo capítulo, foi concluído que não há um consenso, nem definição sobre o limite inicial da velhice, nem na compreensão do conceito sobre o envelhecimento. A interlocução interdisciplinar entre estudos de linhas psicológicas, sociais e biomédicas destinadas a compreender o processo de envelhecimento torna-se cada vez mais necessária. É um tema fértil de investigação e ainda pouco explorado.

Paradoxalmente, frequentar a escola para o idoso tem sentido e valor, não é apenas se tornar estudante. É um ato de superação e enfrentamento. É o caso das Universidades para terceira idade, que proporcionam a modificação na qualidade de

vida, além de ofertar a possibilidade de interseção e aquisição de novos conhecimentos, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos emocionais dessas pessoas.

Os idosos são pessoas que enfrentam desafios no cotidiano, não desistem de viver, de construir novos caminhos, adquirir novos conhecimentos a partir de seu retorno à escola. A escola é o espaço que proporciona a transformação social desses indivíduos. Apesar da construção dessa mudança apresentar caráter individual, essa também varia em função das culturas, das relações sociais em que estão envolvidos.

A independência é a essência fundamental na decisão de retornar à escola durante a velhice. É reflexo dos anseios de vida estabelecidos para si. Para essa população, a escola é um processo de eloquência contra as ações de preconceito, de isolamento e de silenciamentos comuns a esse público.

Percebe-se também que a concepção crítico-libertadora é uma perspectiva contra hegemônica pautada na justiça social e, portando, podendo oferecer contribuições para se pensar uma EJA que acolha as diferentes identidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos, toda essa abordagem decorre principalmente da ética humana sustentada em Freire, Dussel e tantos outros escritores.

O princípio da beneficência estabelece que proporcionar o bem-estar ao idoso é um dever dos profissionais que trabalham e convivem com eles, assim como estabelece ser a solidariedade o sentimento que os familiares precisam ter com seus idosos. Todavia, o termo velhice bem-sucedida corre o risco de contribuir com o fortalecimento da reprodução de uma ideologia da velhice, quando destaca a responsabilidade individual do idoso por sua qualidade de vida e adequação social.

A recente descoberta da velhice se deu em resposta ao processo de inversão da pirâmide etária no Brasil, que alarma o estado ao anunciar consequências irreparáveis para as políticas de saúde pública e Previdência Social, nesse aumento da população idosa. A geriatria e a gerontologia já se prontificaram em encontrar uma solução.

É importante ressaltar que tais áreas do conhecimento estão aparentemente atendendo às demandas dos idosos com suas investigações acerca da velhice, levando a crer que a demanda que se procura atender é a do Estado, e a da manutenção da ordem social vigente. A família e a sociedade em geral podem e devem auxiliar no combate ao isolamento e na promoção da qualidade de vida, estimulando um envelhecimento ativo e participativo.

Com efeito, a vulnerabilidade da pessoa na fase da velhice é uma situação frequente e delicada. Por isso, os direitos dos idosos devem ser assegurados de forma absoluta, como os de qualquer outro cidadão. Direito de ir e vir, direito de fazer e comer o que gosta, desde que não o prejudique. Entretanto, o que vem ocorrendo são situações em que os idosos são abandonados em casas de repouso, pois as famílias alegam não têm condições e espaço físico em suas casas para o convívio, não contribuem para que aconteça a inserção social. A exclusão, o preconceito, os abusos e violências constituem os desafios a serem superados.

Essa realidade é cruel, injusta e inacreditável para alguns. São frequentes os casos de discriminação e desrespeito aos idosos, maus tratos e descasos, restrições quanto ao trabalho e sua capacidade de fazer escolhas de acordo com seu discernimento. Com esse cenário, tais situações limitadoras são acolhidas, problematizadas e estudadas buscando uma organização pedagógica que permite o reencontro do sujeito com a realidade de forma crítica.

As reflexões e decisões por uma vida mais justa para todos só alcançarão aporte se forem influenciadas pela ética em defesa da vida e efetivação quando o sujeito tomar consciência de si, do outro e do mundo. É importante entender a necessidade de integrar cada vez mais os idosos com uma educação continuada, possibilitando mais satisfação pessoal, pois eles desejam ter suas vidas ativas, sem esquecer de frisar que a educação é um direito que promove a qualidade de vida não apenas biologicamente, mas também socialmente.

É um desafio fomentar a aprendizagem ao longo da vida, incluindo atividades que motivem os idosos a participar ativamente, enquanto estão vivenciando preconceitos e desigualdades. Assim, fica explícita no segundo capítulo a necessidade da construção de uma educação que provoque e promova a reflexão sobre problemas e conteúdos de interesses geral, com a aplicação de temas que, além de aprimorar o conhecimento já adquirido, fortificam valores obtidos a partir da fala e memória.

Nesse fito, emerge a EJA e EJAI. No terceiro capítulo, contextualizamos a trajetória da Educação de Jovens e Adultos com o intuito de conhecer os avanços e retrocessos dessa modalidade de ensino, como também os fatores que influenciaram a mudança do perfil, especialmente etário dos educandos. Destacamos as políticas públicas da EJA para que fosse possível conhecer como aconteceram e vêm ocorrendo.

A necessidade de acelerar os estudos desses jovens para inserção no mercado de trabalho figura como um dos fatores que contribuíram com a mudança de perfil do público da EJA, especialmente etário. A oscilação nos discursos políticos e a descontinuidade dos programas e políticas públicas opostas emperraram mudanças e contribuições efetivas para essa modalidade, causando muito mais retrocessos que avanços.

Apesar de sua pseudoformação, o aluno da EJA, em geral, continua dando um grande valor à escola. As ideias de compensação e correção de fluxo, que eliminam o distanciamento entre a teoria e a práxis, tornam-se essenciais para superar a fragmentação do conhecimento, propiciando uma formação que permita a constituição autônoma da sua identidade socioprofissional.

É essencial a construção de políticas públicas que identifiquem a raiz dos problemas, que invistam com empenho para eliminar as barreiras que estimulam a convivência e o respeito às diferenças, que remetam a contribuição cultural dos negros e indígenas na formação da identidade cultural brasileira.

As práticas sociais escolares regidas por padrões de conduta determinadas pela lógica capital não atendem às funções estabelecidas para a EJA (reparadora, equalizadora e qualificadora), atendem somente a oportunidade de acesso à escola, mas o que se deseja é uma educação de qualidade, que possibilite sua autonomia para inserção social e profissional.

Diante do exposto, entende-se que a EJA funciona como um projeto de educação popular ainda distante do respeito necessário a esses sujeitos. Não dialoga com a realidade do educando e não valoriza os saberes construídos ao longo da vida.

É evidente que os sujeitos da EJA superam diversos desafios, principalmente nas questões socioeconômicas para continuar seus estudos. Contudo, tal resultado deveria ser fruto de um trabalho em conjunto entre poder público, discente, escola. Nessa demanda, ao poder público caberia o investimento necessário em materiais didáticos, significativos e apropriados às modalidades.

A escola em o compromisso de oferecer um espaço acessível e acolhedor a todos os adolescentes, jovens e adultos. Um ensino adequado e favorável ao desenvolvimento do conhecimento, estimulando um trabalho pedagógico crítico contemplando as diversidades e buscando a efetiva permanência desses discentes.

Ao estudante, cabe incorporar o espaço da EJA como território de luta por uma educação emancipadora, promoção e troca de conhecimento, formalizando uma concepção integral de ensino em sua perspectiva criadora e não alienante.

É relevante retomar o princípio fundamental da educação como direito Constitucional e Humano no Brasil. Ao tratar desse direito e o quão é necessário efetivá-lo, tomam-se as políticas educacionais como eixo do problema apresentado, pois o estabelecimento de tais políticas irá garantir ou não condições para o desenvolvimento da educação para todos, conseqüentemente sua inserção social.

Com isso, a EJA e a educação permanente surgem não somente como modalidade de ensino, mas também como um movimento gerado a partir da educação popular, objetivando colocar em pauta a defesa do direito à educação para todos ao longo da vida.

A EJA representa os excluídos ou os que não tiveram acesso à educação formal regular, no sentido de destacar a educação permanente em uma concepção ampla, tendo em vista os três âmbitos do desenvolvimento da aprendizagem (formal, não formal, informal), rompendo com os limites etários e com a segmentação do aprendizado.

É possível também relacioná-la com a educação popular, por ainda exercer, principalmente no contexto brasileiro, um papel relevante na luta pelos direitos das minorias e na mobilização em defesa da educação como direito de todos.

Com base na pesquisa bibliográfica e documental, foi possível alcançar e responder o objetivo do estudo, enfatizando ainda a necessidade de dar maior visibilidade e garantir o acesso e continuidade à educação ao longo da vida.

Consolidar a educação como um ponto de partida e de chegada para um novo recomeço, sendo construída e pensada não como uma simples troca de siglas EJA para EJA, sim de forma intergeracional, voltada para o que foi negado ao longo da história para milhares de idosos. Seu espaço de pertencimento e inserção emergirá por inteiro, trocando experiências e fazendo história.

Ao levar em conta os diferentes âmbitos da educação, salienta-se a importância das Universidades Abertas para Terceira Idade como espaço de respeito à diversidade e inclusão social para aqueles que muitas vezes se acham excluídos da sociedade pela idade. A negação de identidades ou a discriminação por sexo, religião, idade estão distantes dos princípios da Declaração dos Direitos Humanos. A violência física e mesmo simbólica contra o idoso é punível em forma da lei.

Pontuamos ainda que as Universidades para terceira idade apresentam uma flexibilidade nos métodos e técnicas empregadas para abordar os conteúdos ao grupo participante, ao apresentar uma educação não formal, tem a intenção de estender a educação a maioria da população menos incluída, a satisfação de inserção a essas necessidades servira de mola para a continuidade no programa.

A contribuição das diversas conferências mundiais ressalta as discussões sobre inclusão e diversidade, bem como a valorização do idoso na sociedade fortificando sua inserção em espaços de educação e de lazer.

A educação é o ponto culminante de toda a mudança no pensamento presente. Para sair de uma cultura excludente e passar para um pensar crítico e compatível com a atual realidade, quando a educação se torna permanente na vida do idoso, é possível encontrar um novo sentido em viver.

Contudo, o próprio desenvolvimento desta pesquisa busca mobilizar o reconhecimento e a interdependência existentes entre a EJA e a educação permanente (apesar da inexistência de políticas educacionais), lembrando que a educação existe sob tantas formas, sendo praticada em situações distintas. Identificou-se que existem ações que convergem para a superação da educação restrita, fragmentada, hierarquizada e excludente, ainda que espalhadas em diferentes políticas e movimentos.

A luta pelos direitos dos idosos deve ser reclamada pelos idosos, porém é necessário destacar que nem toda pessoa idosa tem condições de acesso ao conhecimento de seus direitos elementares. Por isso, muitos idosos acabam aceitando situações de discriminação e marginalização por falta de esclarecimentos.

Conclui-se ser importante refletir com os discentes sobre suas histórias de vida e desafios. A construção do percurso metodológico deve levar em conta esses elementos como produtores de saberes, visões de mundo. A educação igualitária deve ponderar e trabalhar a intolerância, o preconceito e o ódio.

No capítulo quatro, busca-se demonstrar a importância da autonomia do idoso que cresce e emerge quando esse é tratado como cidadão, ser social. Muitas vezes o estigma do outro em torno da velhice é absorvido por alguns idosos, bem como o preconceito com o ser “velho” na sociedade é sentido pelo idoso.

Diferentemente da visão negativa e homogeneizadora do outro em torno da velhice, de maneira geral, os idosos vivenciam o processo do envelhecimento de

forma diferente e veem a velhice como uma fase de prazer, não sendo percebidos conflitos, frustrações ou dramaticidade na forma de vivenciar a velhice.

Partindo deste contexto, no processo de construção social os idosos estão aos poucos redefinindo seu papel na sociedade, buscam mostrar à sociedade que a velhice não está associada só com as perdas e incapacidades, mas com uma grande atividade na reconstrução de um imaginário que positive a velhice e não estereotipe o velho. Na velhice, são evidentes algumas limitações, mas não a ponto de incapacitar o idoso para a vida.

Com base nesse pressuposto, a presença do idoso na escola manifesta a urgência em planejar e articular políticas educacionais não compensatórias que proporcionem uma melhoria na vida dessa parcela da população brasileira, respeitando suas especificidades, suas fragilidades e desafios.

Nessa assertiva, apoiar acima de tudo o desvelar do poder de autodeterminação dos indivíduos que pretendem beneficiar a estruturação de um mundo justo, vai fazer com que rompam com mitos e preconceitos referentes à capacidade e aptidão, que conduzem aos constrangimentos e exclusões dos idosos. Faz-se fundamental conceder a ampliação do direito pleno da cidadania, além do enfrentamento ao sexismo, a homofobia, transfobia e tantos outros preconceitos que ovacionam o impacto das desigualdades, o acesso às oportunidades e o fortalecimento de autoestima.

É fato que muito ainda há que se avançar com relação ao ensino da EJA/ EJAII, já que ela ainda é vista às margens das políticas educacionais no país. Trata-se de um grande desafio criar programas que identifiquem que a educação e a cultura têm relação direta em sua complementação ao formar identidades nas pessoas dentro de cada contexto proposto, garantir a educação para todos, independentemente da idade para que ele se reconheça como sujeito social e crítico, é fundamental.

Finalmente, propomos que se pratique reflexões acerca do olhar ao idoso, dos cuidados oferecidos aos que envelhecem de forma saudável ou vulnerável. Construir práticas pedagógicas contextualizadas e integradas com a diversidade etária é um fato. Assim, a escola precisa conhecer quem é o idoso que frequenta as salas da EJA, não devendo qualificar jovens, adultos e idosos como classes homogêneas.

Em síntese, uma educação emancipadora tem como objetivo o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões: ética, política, social e cultural. Somente assim esta formação será feita com qualidade, respeitando a

individualidade de cada indivíduo, oportunizando o saber crítico ao entender que somos diferentes e temos contextos sociais diversificados.

Compreender a diversidade cultural existente nos diferentes contextos é imprescindível. Deve-se flexibilizar o currículo para que a interdisciplinaridade nos métodos de ensino possa ocorrer durante a construção do conhecimento na esfera da educação formal. Trabalhar com a diversidade de saberes estimula formas inovadoras na organização curricular, a fim de incentivar o desenvolvimento sociocultural dos alunos.

É possível reconhecer o paradigma da Educação ao longo da vida, com a humanização e efetivação de uma sociedade mais justa e atenta à superação das condições de opressão da vida dos sujeitos jovens, adultos e idosos por meio do processo de formação integral para promover a conscientização, afirmando o direito em um panorama de alteridade pautado na ética que defende a vida.

Diante da proposta elencada, conclui-se que é oportuno ter atenção constante à estigmatização das diferentes etnias e raças, intolerância religiosa, bem como ao ageísmo, propondo debates e pesquisas que favoreçam a análise crítica, ressaltando a educação como direito, estabelecendo uma rede entre as diferentes frentes que propagam esse direito, promovendo pesquisas acadêmicas acerca desta temática para que a emancipação aconteça realmente. Visando a uma educação vinculada à estrutura consciente do ser humano e seu futuro, sendo ainda fundamental a cobrança na esfera governamental do cumprimento de sua função política e social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

ALBOM, M. **A última grande lição**: O sentido da vida. 6. ed. Rio de Janeiro: sextante, 1998.

ALKEMA, G. E.; REYES, J. Y.; WILBER, K. H. Characteristics associated with home – and community – based service utilization for medicare managed care consumers, **Gerontologist**, v. 46, n. 2, p.173 -82, 2006.

ALMEIDA, T.C.de O.; OLIVEIRA, R. de C. da S. Políticas educacionais brasileiras para EJA e Educação permanente. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, v. 21, p.1-30, 2021. DOI: 1020396/rho.v21i00.8659484. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/pjs/index.php/histedbr/article/view/8659484>. Acesso em: jun.2021.

ANDRÉ, M. Etnografia e o estudo da prática escolar cotidiana. *In*: ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2003.

ARANTES, A. V. (org.). **Educação formal e não formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L.; SOARES, L. (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.19-50.

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARCELAR, R. **Envelhecimento e produtividade**: processos de subjetivação. 2. ed. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2002.

BARROSO, R. A. Há direitos dos idosos? **Revista Julgar**, Coimbra Editora, n. 22, 2014.

BARROS, R. **Educação de adultos**: conceitos, processos e marcos históricos. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERTOLDO, L. M. O. **O envelhecimento no contexto atual**. 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ed. nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

BOBBIO, N. **O tempo de memória**: de senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BORGES, M. B. O. **Envelhecimento Humano**: aspectos históricos e sociais. 2007. 80 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da saúde, Brasília, 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: A Queiroz, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coletâneas de textos Confiante Brasil + 6**: Tema central e oficinas temáticas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Lei n 8,842. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. Brasília, MS, 2003.

BRASIL. **Lei Estadual 11.863**. Dispõe sobre o Direito dos Idosos, 1999.

BRITO, M. A. **“Não tá morto quem peleia”. A pedagogia inesperada nos grupos de idosos**. Salvador-Bahia. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, 1999.

CACHIONI, M. Gerontologia educacional/Educação gerontológica. In: NERI, A. L. (coord.). **Palavras-chaves em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2008a. p. 92-95.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARGO, M. R. R. M. de.; ZANATA, E.M.; MIGUEL, J.C. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Entre experiências e Saberes. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

CASTRO, O.P. **Envelhecer**: um encontro inesperado. Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

COLL, C. M. I. A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCACAO DE ADULTOS. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: SESI/ UNESCO, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. **Construindo a rede de proteção e defesa da pessoa idosa**. RENADI, Brasília: Presidência da República, 2006.

COSTA, A. Z.; BRAGA, F.M. Idosos na EJA: Contribuição a partir do periódico Psicologia: Reflexão e Crítica (2000 a 2012). **Revista NUPEM**, v.10, n. 20, p. 21-37, 2018.

COSTA, S. D.; FURTADO, E. D. P. Os idosos na EJA: uma Política de Educação Inclusiva. **Olhar de Professor**, v.19, n. 2, p. 149-161, 2019.

COURA, I. G. M. **A terceira idade na EJA**: expectativas e motivações. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo_morto/edições.

DE MAIS, D. **A sociedade pós-industrial**. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DEBERT, G. G.; NERI, A. L. (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

DEBERT, G.G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *In*: DEBERT, G. G. (org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, MEC, UNESCO: Cortez, 1998.

DIAS, A. C. G. Representações sobre a velhice: o ser velho e o estar na terceira idade. *In*: Castro, O. P. (org.). **Velhice que idade é essa?** Porto Alegre: Ed. Síntese Ltda, 1998.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1995.

DURAND, O. C.S. *et.al.* **Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, Espaços e Múltiplos Saberes**. *In*: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. P.160-245.

DURANTE, M. **Alfabetização de adultos**: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ESTATUTO DO IDOSO. **Lei 10.741/2003** de 1º de outubro de 2003. Disponível em: **Estatuto da Pessoa Idosa.pdf**. Atualizado em 28/11/2022 10h14. [application/pdf Estatuto da Pessoa Idosa.pdf](#)

FELIPE, T.; SOUSA, S. A construção da categoria velhice e seus significados. **Revista Eletrônica de Humanidade do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 7, n. 2, p.19-33, 2014.

FERNANDES, R. F. **Causas da evasão escolar da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos**. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/6885>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FERRIGNO, J. C. A. Coeducação entre as gerações: um desafio da longevidade. **A terceira idade**, São Paulo, v.17, n. 37, p.16-26, 2006.

FONSECA, M. C. R. **Educação matemática de jovens e adultos** – Especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da Idade**. São Paulo: Ed. Gente, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, S. A. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. *In*: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (orgs.). **E por falar em boa velhice**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003. p. 21-31.

FRIEDRICH *et al.* **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio**: avaliação das políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v.18, n. 67, p. 389-410, abr/jun. 2010.

FRUTUOSO, D. L. F. **A terceira idade na universidade**: estudo do campo de representação. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação/UFRJ, 1996.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALVAO, A. M. de O.; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. *In*: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (orgs.). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 27-58.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACIANO, M.; LUGLI, R. S. (orgs.). **Direitos, Diversidade, práticas e experiências educativas na Educação de Jovens e adultos**. São Paulo: Alameda, 2017.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Autores Associados, n. 14, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15/02/2022.

JORDÃO, N. A. **A gerontologia básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

LIMA, A.M.M.; SILVA, H.S.; GALHARDONI, R. Successful aging: paths for a construct and new frontiers. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v.12, n.27, p.795-807, out./dez.2008

LOBATO, A. T, G. Considerações sobre o trabalho do serviço social com idosos. *In*: LEMOS, M.T.T. Brittes e ZABAGLIA (orgs.). **A arte de envelhecer**: saúde, trabalho, afetividade e Estatuto do Idoso. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. **EJA**: Uma educação possível ou mera utopia? Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

MAIO, I. G. O envelhecimento e a capacidade de tomada de decisão - Aspectos Jurídicos de Proteção ao Idoso. **Revista Longeviver**, São Paulo, n. 2, 2018.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSAROLI, A.; SAUPE, R. **Distinção conceitual**: Educação Permanente e Educação Continuada no Processo de Trabalho em Saúde. Artigo (Curso de Graduação em enfermagem). Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

MENEZES, M. R. **Da violência revelada à violência silenciada**: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra o idoso. 1999. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: http://bdpi.usp.br/single.php?_id=001067004.

MESSY, J. A. **A pessoa idosa não existe**: uma abordagem psicanalista da velhice. São Paulo: Alcp, 1999.

MINAYO, M. C de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

MORANGAS, R. M. **Gerontologia social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

MOTTA, L. B. Repercussões médicas do envelhecimento. *In*: VERAS, R. (orgs.). **Terceira idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.107-124.

NERI, A. L. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas-SP: Alínea, 2005.

NERI, A. L. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, L. A. P.; BURGARDT, V. M. Idoso: um perfil de alunos na EJA e no Mercado de Trabalho. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v.18, n. 2, 2013.

NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade conquistas possíveis e rupturas necessárias**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1997.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

OTTO, H. U. Origens da Pedagogia Social. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C. (org.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p. 29-42.

PONTUAL, P. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. In: **Educação Popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

RANCIERE, J. **O Mestre Ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. São Paulo: Autêntica, 2002.

REVISTA DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO. Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL. **A Educação para terceira idade**: uma inclusão necessária. Programa de Mestrado em Educação, São Paulo, n. 1, 1999.

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. Universidade Federal de Viçosa. **Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo**: Contradição ou adaptação? vol.18, n.2, jul./dez.2018.

RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M. **Educação de adultos**: identidades, cenários e perspectivas. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

RODRIGUES, S.; SOARES, G. A. Velho, Idoso e Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. **Revista Ágora**, Espírito Santo, n. 4, 2006. Disponível em: www.ufes.br/ppghis/agora/. Acesso em: 3 maio 2022.

SÁ, J. L. M. Educação e envelhecimento. In: PY.L *et al.* **Tempo de envelhecer**: Percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro. Nau, 2004.

SAUL, A. M. A. Currículo. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

SCORTEGAGNA, P. A. **Emancipação política e educação**: ações educacionais para o idoso nas instituições de Ensino Superior públicas paranaenses 2016. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. C. B.; TAAM, R. **O idoso e os desafios à sua educação escolar**. Disponível em: http://ppe.uem.br/publicações/seminário_ppe2009_2010/pdf.

SIQUEIRA, R. L.; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, 2002.

SPEZIA, C. H.; IRELAND, T. D. **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de confiante**. Brasília: Unesco, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images>

TOURAINÉ, A.P. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

UCHÔA, E. F. J.; LIMA, C. M.F.F. Envelhecimento e saúde: experiências e construção cultural. In: MINAYO, M.C S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo**. Alemanha, 1997. Disponível em: www.brasilia.unesco.org. Acesso em: 24/01/2023.

VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e consequências na sociedade. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, 1987.

VIEIRA, P. A. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.